

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

LEAL, Ondina Fachel . Ondina Fachel Leal (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 33min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO FORD e FUNDAÇÃO FORD. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Ondina Fachel Leal
(depoimento, 2011)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Levantamento de dados: Helena de Moura Aragão; Verônica R. Bevilacqua Otero Spicer;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Técnico de gravação: Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 21/10/2011 a 21/10/2011

Duração: 2h 33min

Arquivo digital - áudio: 3; Arquivo digital - vídeo: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória de um Office na periferia: o Escritório da Fundação Ford no Brasil”, desenvolvido em convênio com a Fundação Ford, entre janeiro de 2011 e julho de 2012, com o objetivo de constituir um acervo de depoimentos histórico-documental sobre os 50 anos da atuação da Fundação Ford no Brasil e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

Temas: AIDS(doença); Antropologia; Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS; Ciências Sociais; Congressos e conferências; Demografia; Ensino superior; Ford Company; Fundação Ford; Igreja; Legalização do aborto; Mão de obra; Marcas e patentes; Mulher; Organizações não governamentais; Planejamento familiar; Política científica e tecnológica; Políticas públicas; Pós - graduação; Regime militar; Sexualidade; Sociedade civil; Universidade da Califórnia; Universidade de Harvard; Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

Sumário

Entrevista 21 de outubro de 2011: A graduação em Ciências Sociais e o mestrado na área de antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); o doutorado em Berkeley na área de etnografia e população gaúcha; a pesquisa do Núcleo de Antropologia do Corpo e da Saúde (Nupacs) na UFRGS financiada pela Organização Mundial de Saúde e pela Fundação Ford; o pós doutorado em Harvard na área de Antropologia Médica; o processo de entrada na Fundação Ford na área de saúde reprodutiva como primeira Program Officer nativa brasileira; a pré e a pós ruptura da Fundação Ford com a Ford Motors; o papel da agências multilaterais filantrópicas; opinião sobre o programa de População; a questão da mulher e da força de trabalho; os impactos do programa de População; o programa “Bem Estar Familiar no Brasil” (Bemfam); as políticas públicas relacionadas à questão de planejamento familiar durante a época da ditadura militar e o impacto da igreja nessas políticas; o índice Perkin; a importância da Ford para os cientistas sociais e para a consolidação da área da demografia no Brasil; as conferências de população e o caso específico da Conferência de População de Bucarest em 1974; o Fundo Global de Luta Contra AIDS, Tuberculose e Malária; a composição dos comitês técnicos; o papel das agências na dinâmica multilateral; a mudança de abordagem do Programa de População no final dos anos 1970; a Conferência do Cairo de 94; a transformação das lutas de movimentos sociais em políticas públicas; a AIDS no Brasil e o apoio da Fundação e da sociedade civil neste tema; a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA); a posição do Brasil e do governo Americano em relação a AIDS; a questão do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips) e de patentes; a entrada como program officer na área de Sexualidade e Saúde Reprodutiva; a estrutura e funcionamento dos programas da Fundação; as figuras de Rebecca Reichmann e Sarah Costa; o perfil, a avaliação de escolha e o acompanhamento das ONGs e associações que recebiam os financiamentos; a questão da discussão do aborto; opiniões sobre o tempo de duração dos contratos na Fundação; donatários marcantes durante os sete anos em que esteve na Fundação; a saída da Fundação Ford e a volta para a academia.

Entrevista: 21/10/2011

L.O. – Ondina, nós vimos várias informações, dados sobre você e tudo, mas gostaríamos um pouco que você apresentasse alguns dados: origem pessoal, familiar até chegar à sua vida profissional, seu mestrado e doutorado em Berkeley. Mas um pouco de onde você veio.

O.L. – Bom, eu sou cientista social, formada em Ciências Sociais pela Federal do Rio Grande do Sul. Foi nos anos setenta e eu tive parte do meu curso no Rio de Janeiro, na Federal do Rio. Depois eu vou para os Estados Unidos e faço, também, parte da minha graduação, algumas disciplinas lá que eu volto e aproveito na Federal do Rio Grande do Sul. Então, meu diploma é pela Federal do Rio Grande do Sul, mas com uma trajetória um pouco intercalada com outras experiências. Aí eu faço o meu mestrado em Antropologia. Faço uma opção pela Antropologia. Sou uma antropóloga, eu diria: "full-blood anthropologist". E aí eu faço o meu mestrado em Antropologia, na Federal do Rio Grande do Sul. Estava ainda em fase de conclusão, eu já me candidato à Berkeley. Eu faço opção de fazer um outro mestrado lá também, um pouquinho diferente. Era uma opção, eu já tinha ido para o doutorado, mas tive que fazer mais algumas disciplinas para ter o título de mestre por lá também, por Berkeley. Aí faço meu doutorado em Berkeley. Em termos de temas e o que isso vai levando de uma coisa outra, eu trabalhei, em um primeiro momento, com uma... A pesquisa de dissertação é sobre a novela das oito. Foi publicado como livro, teve muito mais repercussão do que eu estava esperando, que eu estava pronta. Eu era bastante jovem, eu acho. Então, uma coisa meio que vai ficando natural, vai seguindo uma trajetória. O doutorado eu começo trabalhando com essa questão da mídia, da etnografia, da audiência. Mas, de fato, eu fui buscar em Berkeley uma formação extremamente, o que eu queira, tradicional em termos de etnografia, do fazer etnográfico, do ofício do etnógrafo, e procuro também um orientador bastante tradicional em função disso. Então, foi Burton Benedict. E faço o meu trabalho muito... Vai virando da ideia de mídia, de produção de mídia, volto para a ideia de como ela consumida, mas com um tema da população gaúcha. Gaúcho no sentido mais restrito do termo - os caubóis, o pessoal que lida com gado - e, portanto, eram cada vez a parte mais etnográfica de como eles eventualmente consumiriam qualquer identidade midiática sobre o que eles eram. Fica muito mais interessante eles mesmos do que essa circulação de identidade entre mídia e outras instituições produtoras da identidade gaúcha. Então, concentra muito neles e concentrando muito neles tem, óbvio, a questão fundamental

que são homens. Portanto, isso me leva... Eu já tinha muita experiência em estudo de gênero, mas com uma entrada diferenciada que é: homens. Estudos de gênero, em geral, acabam sendo um sinônimo de estudos sobre mulheres. Mas então a minha carne e sangue de estudos de gênero sempre foram homens. E também me leva, uma outra coisa que eu já tinha experiência, acompanhando aí na experiência etnográfica, tanto Antropologia Médica, Antropologia da Saúde, uma questão importante entre os gaúchos é o suicídio. Então, um pouco... Não fui eu que escolhi, exatamente, esses temas específicos, mas o trabalho é que me leva a eles...

L.O. – Os temas escolheram você...

O.L. – É, exato. Então um pouco é isso. Daí, cada vez mais, mas eu acho que é importante, eu estou nessa área que é Antropologia Médica e não mais nem mídia e nem tanto identidade, não é? E eu acho que é isso que, de alguma forma, vai ser a minha grande trajetória na área de uma antropologia voltada para a saúde.

L.O. – Quando você terminou o doutorado em Berkeley e aí você volta para o Rio Grande do Sul, você já estava na universidade ou não?

O.L. – Olha, eu fiz o concurso público para entrar na universidade no meu último ano em Berkeley. Então, sim, mas acabo só sendo chamada, mais ou menos, quando termino... Não, um pouco antes de eu terminar meu doutorado para um primeiro contrato que não é com dedicação exclusiva. E depois eu volto para Berkeley, mais um ano, para escrever a dissertação e aí assumo, “full time”, como dedicação exclusiva a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

L.O. – Muito bem. E como é que, vamos dizer assim, entre isso e a Fundação Ford, tem algum tempo, mas não muito... Como é que você chega à Ford, vamos dizer assim?

O.L. – Bom, voltando então para esse primeiro momento na universidade. Eu cada vez estava mais interessada nessa área de saúde, dentro da área de saúde, gênero e saúde reprodutiva. Então tem um projeto grande que é financiado pela Organização Mundial de Saúde. Eu acho que isso é muito marcando porque ele também possibilita um recurso financeiro que

estrutura o Nupacs, que é o Núcleo de Antropologia do Corpo e da Saúde, na Federal do Rio Grande do Sul. Então esse Núcleo, as pessoas que se envolvem, os alunos, orientandos... Eu acho que temos duas gerações de antropólogos que se formaram e trabalharam com temas relacionados com gênero, saúde e, sobretudo, saúde reprodutiva, sexualidade no Núcleo. Então, essa pesquisa financiada pela OMS depois tem continuidade com o financiamento da Fundação Ford, depois tem outra pesquisa, não lembro bem, também financiada pela Fundação Ford. Alguma coisa também muito em conversa com outros institutos e financiada pela NIH nos Estados Unidos. Então...

L.O. – Que dizer então que você foi... A tradução que eles usam do grantees é donatário. Você então foi donatária, ou seja, você recebeu o financiamento antes...

O.L. – Antes de entrar. Mas eu até diria que a minha experiência com a Fundação tem, talvez, mais a ver com essa experiência de internacionalização via as agências multilaterais: Organização Mundial da Saúde - que era uma financiadora e eu passo a fazer parte dos Comitês de Saúde Reprodutiva da Organização Mundial de Saúde que até hoje eu sou membro. Então, eu acho que talvez tenha mais a ver com essa porta de internacionalização com... Também teve um período anterior a esse que é o meu período de pós-doc que foi em Havard e que foi em Antropologia Médica. Então eu acho que essa nova experiência de Estados Unidos em um momento de pós-doc que é mais pesquisa, dentro da universidade... Eu fui em Antropologia Médica com o Kleinman e isso é dentro da Faculdade de Medicina de Havard. Então também tem essa interface mais marcada com a área médica, com a área de saúde, no caso, especificamente, de saúde reprodutiva.

L.O. – Sim, mas aí em algum momento você chegou à Ford ou a Ford chegou a você, vamos dizer assim. Em que momento você soube, resolveu, achou por bem vir assumir essa...

O.L. – Na verdade, sempre que há uma chamada para program officer, elas são públicas, elas estão no site e etc. Eu tinha visto, mas não tinha me interessado. Conta a lenda, eu não sei se é verdade porque nunca se fala exatamente qual foi o processo, mas eu ouvi dizer é que não tinha ainda alguém com o perfil... Ficou aberta, encerrou as inscrições, eu acho que não tinha alguém, realmente, talvez com o perfil que a Fundação, não sei exatamente com que critérios, buscavam

naquele momento. Aí houve uma nova chamada e aí eu entendo que tenha tido uma coisa mais ativa em relação a algumas pessoas no sentido de: “Ah, porque não te candidatas?”. Algo desse sentido. Como nós fazemos quando queremos bons candidatos ou candidatas que estejam dentro do perfil que a gente busca em um determinado momento, não é? Então, eu acho que teve dos dois lados: teve a chamada formal, pública, e teve essa chamada que vem, assim, de outras vozes que são de vozes de grantees da própria Fundação, quer dizer, não da própria Fundação, mas de grantees da própria Fundação dizendo: “Tu, de alguma forma, estas trabalhando na área reprodutiva. Tu tens esse perfil mais americano em termos de formação, de língua”. Exige muito do domínio da língua, a gente trabalha dentro do Brasil, mas... Pelo menos naquele momento, acho que isso mudou bastante, praticamente todo trabalho é em inglês dentro da própria instituição. Então precisa toda uma cultura do que é apropriado, ou não, em termos americanos não em termos brasileiro, não é?

H. A. – E você já estava há alguns anos na universidade aqui pedindo a licença, não?

O.L. – Certo, pedindo uma licença. Então eu saí afastada na universidade para assumir a Fundação. Um licença, é claro, sem vencimentos.

H.A. – Esse processo de seleção, imagino, que tenha sido anos 90, final de anos 90...

O.L. – É bem no final... Eu assumi em março de 2000. Eu acho que foi julho, na verdade, que houve o processo... Julho, agosto... Eu sei que a partir de final de outubro eu já sabia que tinha sido selecionada.

H.A. – É curioso que... A gente está tendo acesso às listagens de doações e têm algumas, assim, em 96 que aparece seu nome como a responsável pelo... Isso ficou um pouco confuso para a gente...

O.L. – Não pode ser...

H.A. - Eu não sei, eu acho que é alguma coisa ali que é engano.

O.L. – Deve ser equívoco.

H.A. – Isso me deu uma certa confusão, porque eu sabia que era de 2000 à 2006.

O.L. – Não, não, inclusive antes não tinha nenhuma relação com a Fundação a não ser como um grantee, mas nem um grantee realmente. Hoje eu vejo, e depois que eu entrei na Fundação eu entendi melhor, eu acho que era um grantee bastante interessante, mas não era nenhuma grant muito significativa ou algo assim exatamente porque era pesquisa. Então são coisas mais específicas.

L.O. – Não era uma construção institucional que eles fazem...

O.L. – Exatamente, foi mais de um financiamento, mas em termos sempre de pesquisa na área de saúde reprodutiva, bastante específica.

L.O. – Você está mencionando aí... Quer dizer, a importância, no fundo, de você conhecer a cultura organizacional, institucional norte-americana do campo que você estava...

O.L. – Das agências, não é?

L.O. – Por outro lado, você mencionou também que você foi a primeira brasileira... Eu achei que é interessante você mencionar isso. Quer dizer, até então eram praticamente todos os...

O.L. – Até onde eu sei, todos os P.Os., a posição de P.O. ou de representante nunca tinha sido de um...

L.O. – Nativo. [riso]

O.L. – De um nativo, de um brasileiro. Sim, pessoas com características e que fizeram opção pelo Brasil, como é o caso do Nigel, a própria Sarah Costa, mas não teve alguém que é brasileiro... Até, possivelmente, casaram com brasileiros, talvez tenham nacionalidade brasileira nesse sentido, mas não em termos de uma formação e uma trajetória e uma intimidade

com... Claro, são pessoas que vieram adultas para o Brasil, já profissionais completos, digamos. É diferente, é bastante diferente.

H.A. – É porque precisa ter essa vivência com a cultura norte-americana, mas conhecer o Brasil... Essas pessoas conheceram já adultas, mas tiveram uma vivência muito forte. Mas você já tinha desde o começo.

O.L. – Sim, sim. É uma coisa quase que... Nós não diríamos, mas as pinhas naturalizadas, é diferente ser brasileiro. Eu acho que convivendo nas instituições, isso fica muito claro. Claro que também é diferente ser americano e não ser americano, também faz muita diferença. Nem o Nigel e nem a Sarah eram americanos.

L.O. – Nem o Peter Fry.

O.L. – É, nem o Peter Fry.

H.A. – Eu acho interessante agora, Ondina, antes de falar da sua atuação na Ford, falar um pouquinho do programa em si. Porque para a gente é bem interessante conhecer, pelo seu olhar, a história do programa desde a época que era programa de população, mas conversar sobre essa época na Ford. E aí a gente já entra na tua gestão, digamos.

O.L. – Todo esse histórico, pelo menos o histórico que eu conheço, que eu sei.

H.A. – E aí uma pergunta que a gente gostaria de fazer até em relação mais ampla, da relação da Ford com as outras agências internacionais nessa área, não é? Porque, pelo o que a gente estudou, ela começou a investir nessa área nos anos 50 e até em um determinado momento ficou muito concentrado nos Estados Unidos. E a partir da década de 70 é que a Ford começa investir em países em desenvolvimento nessa área, não é? E aí é interessante pensar também assim, pelo o que lemos, em algum momento as outras agências saem um pouco dessa área e a Ford continua, sempre muito focada. Momentos que hoje em dia que as pessoas questionam, mas que depois, também, dá uma guinada em um olhar mais progressista. Enfim, essa relação com as outras agências como é que você vê até nessa sua experiência internacional na

academia?

O.L. – Bom, você já tem a parte de que a história da Ford enquanto instituição mudou muito enquanto ela era parte da Ford Motors e tem uma primeira grande ruptura. Então isso é muito importante, isso coincide com esses anos que tu marcastes. Nos anos 50 ela era uma agência filantrópica da Ford Motors. Era bastante específico isso, porque era que nem a... A Odebrecht tem uma agência filantrópica, é uma coisa relativamente pequena, ainda que com bastante recurso, e uma ideia muito mais voltada a uma atuação vinculada ao próprio, no caso Chicago e Illinois etc., etc... Todo o fordismo e a ideologia do fordismo muito forte de retorno aos próprios operários e família dos operários. Então ela pensada como pequena, paroquialmente, exceto que é o fato de ser nos Estados Unidos, nada é paroquial nos Estados Unidos, nada vai ser paroquial quando se trata da Ford Motors naquele momento. Mas é uma ruptura que modifica muito, porque ela passa a ser uma agência filantrópica com corpo de pessoas, de agentes competentes para fazer o grantmaking, para fazer as doações, para fazer o programa de doações, só depois disso. E aí, talvez eu acho que de todas as agências, ela sempre foi, teve momentos no início da minha carreira dentro da Fundação que eu li muito esses materiais para entender um pouco disso, uma agência que se intercionaliza. Então há um pouco dessa coincidência, entre deixar de ter o board onde a Ford Motors é a principal... Imagino que tenha sido o presidente do board, para um outro...

H.A. – A família, não é?

O.L. – De ser uma agência familiar, uma agência de indústria, por uma agência profissional em termos de programar mudança social, de ter algumas metas, de ter uma ideologia bastante clara, explicitada no sentido, bom, em que a Fundação Ford acredita: a Fundação acredita em democracia, acredita em redistribuição de renda, acredita que o próprio capitalismo não se manterá se não houver formas de redistribuição de renda, se não houver desenvolvimento e não estamos em desenvolvimento nos Estados Unidos, mas em desenvolvimento global. Então as agências progressistas que se dividem muito entre as agências que eles chamam de radical e as agências conservadoras, têm muito esse tipo de preocupação. Ou seja, não basta o pólo mais avançado do capitalismo se desenvolver, mas temos que desenvolver o capital internacional, o mundo tem que se desenvolver para poder...

L.O. – Só uma coisinha. Mas isso se coloca, vamos dizer assim, em uma área específica que é a questão população, não é?

O.L. – Não, não.

H.A. – Em geral, sem ser...

O.L. – Não, isso não tem... Na verdade, isso se coloca em uma área que é a questão: bom, qual é a função das agências? As agências é, em princípio, mudança social, desenvolvimento. População é um aspecto aonde o desenvolvimento... É sempre isso em relação a questão... Quer dizer, isso não é só Ford, isso são todas as agências multilaterais, tem todo o papel do sistema das Nações Unidas nisso, entende? Os acentos das Nações Unidas, etc e etc, e seus vários órgãos. Essas conversas, esses diálogos são feitos nesse nível de programação. Mas, então, o que nós estamos falando é em termos de uma filantropia que não é uma filantropia "naive", que não é uma filantropia da esmola, mas uma filantropia que acredita em desenvolvimento e acredita realmente em desenvolvimento humano.

H.A. – Tanto que o foco nas Ciências Sociais...

O.L. – Exatamente, o foco nas Ciências Sociais é porque há problemas sociais e os problemas sociais têm que ser resolvidos e os países avançados têm que ter soluções para os problemas sociais. Não é a Ford ou o NDP ou outras agências multilaterais que vão dar a solução. Tu tens que ter cientistas que pensam soluções. A população é um elemento, evidente, nessa equação, um elemento fundamental: a população são os consumidores, a população é força de trabalho. Então, aí que nesse sentido é que entra...

L.O. – Entendi, mas nesse campo, quer dizer, essa área de população, a Ford passa a ter atuações concretas nesse campo, não é?

O.L. – Passa, passa a ter. A Ford, e diria, todas as agências em um determinado período. A Rockefeller talvez até tenha sido primeiro, a Kellogs, a [INAUDÍVEL] e certamente o Fundo

Mundial de População, porque é um órgão... Aí as políticas são sempre, da onde vem primeiro da onde não vem, vem do departamento do Estado Americano, do ponto de vista político está, mais ou menos, de acordo com a proposta de determinadas agências. Claro que seria totalmente ingênuo achar que não tem cores políticas e que as pessoas não têm cores políticas. Então, governos mais progressista, menos progressistas, posições políticas diferenciadas, em termos do: Bom, o que se faz com os problemas sociais? Nada mais sociológico. E a capacidade.. Essa primeira ruptura que tem dentro dessa instituição Ford Foundation, pelo o que eu li, tem vários livros bastante bons... Houve uma ruptura até maior do que, talvez, tivesse sido prevista, no sentido de que o corpo de agentes dessa instituição passa a ser um corpo extremamente competente, no sentido de buscarem cientistas sociais, economistas, disputarem com as universidades. São grandes acadêmicos, são grandes cientistas. Não o meu caso, estou falando... [riso]

L.O. – Você é parte disso. [riso]

O.L. – Não, isso é uma coisa muito recente, muito local. Eu estou dizendo em termos dessa história maior da Fundação que vocês já devem ter visto. Aliás, agora está até uma linha do tempo ali. É muito interessante. Então se vê que realmente teve algumas ações onde marcam uma ruptura bastante interessante. Isso com aquele material que está ali, que foi de alguma forma já escolhida para dar uma ideia assim, não é?

H.A. – É interessante observar que o programa, no caso o programa População, está dentro de um contexto, eu acho que mundial, de uma preocupação com o aumento populacional e com a escassez de alimentos. Enfim, várias questões aí que estavam na ordem do dia na época e que levam o programa a um determinado caminho, não é?

O.L. – Exato.

H.A. – Enfim, o olhar de hoje em relação a isso é bastante crítico em geral. Mas eu acho que a gente precisa pensar de uma maneira, assim, talvez não anacrônica e tentar analisar alguns apoios que chamam atenção naquela época e que hoje, talvez, sejam um pouco questionados, não é? Então, um caso é a Bemfam que eu acho que é uma experiência ali que foi bem nacional,

digamos. Eu acho que teve uma atuação nacional importante ali nos anos 70, começa em 67 a Bemfam, não é? Mas como que era essa controvérsia, você que acompanhou isso como acadêmica, como era visto na época é visto hoje? Como é que esse apoio da Ford se deu?

O.L. – Em relação, especificamente, ao programa de População do início da Ford. Na verdade, a Fundação Ford se constitui no Brasil e eu acho que isso está até bastante bem descrito no livro 40 anos por aqueles dois pesquisadores seriam... Eu acho que tem, em termos do que se acredita que, no início dos anos 60, em termos de desenvolvimento que tem que se acelerar a produção e, portanto, temos toda – não é só na parte de população – a Revolução Verde. O que é isso? E a política médica? [INAUDÍVEL] a política, por coincidência, quem vivia e porque, de todo o sistema ONU, de todo sistema das Nações Unidas. Então, é aceleração de desenvolvimento no sentido de mais produção, não tem nenhuma preocupação, nesse momento, ecológica evidentemente. E faz muito pouco tempo isso, não é? Então é aceleração do movimento custe o que custar. É desenvolvimento, naquele sentido, sem sustentabilidade. A agenda de sustentabilidade entra muito mais tarde, entra final dos anos 80 e isso mundialmente, não é? Então, quer dizer, sim, produzir mais alimentos, produzir mais tudo. É a produção que é o motor da história.

L.O. – Menos gente, não é? [riso]

O.L. – É. Outra coisa, sim, poderia, dentro... Eu estou simplificando, as teorias demográficas do desenvolvimento têm duas possibilidades: diminuir população – por isso que eu digo que essas coisas estão muito vinculadas -, outra forma seria produzir menos, portanto, ser menos depredadora de meio ambiente, precisa ter menos população. Algumas teorias mesmo aqui dentro desse escopo vão se dividir e vão dizer, mas se tivermos mais gente temos mais produção. Então, eu quero dizer, dentro mesmo desse paradigma desenvolvimentista existe mais uma posição, não é? Mas a questão de dizer: “Bom, e a mulher?”. Aí entra a questão de que a mulher é uma força de trabalho, é uma questão importante – isso eu estou dizendo não tem nada a ver, talvez, com nenhum específico pensamento da Ford, mas pensamento da demografia mundial, como socióloga que eu estou dizendo isso. Se a gente revir os papers desse período todo, vai ter sempre essa discussão em termos de escolhas de desenvolvimento. Tem a questão do papel da mulher nisso e tem a questão das políticas públicas em relação a

como a mulher se torna ou não força de trabalho. Como é que a mulher vai se tornar força de trabalho, se ela tem que reproduzir? Como tu liberas a mulher da reprodução? Então, isso nós estamos com os métodos contraceptivos no início do desenvolvimento deles. O Brasil é extremamente importante nessa, vamos dizer assim, charada, porque o programa de População não está financiando só a parte, digamos, sociológica. Ao mesmo tempo em que está em desenvolvimento os cursos de demografia, a necessidade de ter mais dados, a necessidade das Ciências Sociais entenderem mais o que se passa (isso é muito genuíno e muito verdadeiro), ao mesmo tempo que, às vezes, parece hoje um pouco contraditória, com democracia. Sim, queremos desenvolvimento... É genuíno, essa crença de que ter um determinado modo de expressão política que é a democracia. Eu acho isso extremamente importante, porque outras agências podem não ter isso com essa clareza. E dentro disso tem a outra ponte que o desenvolvimento da área médica. Então, eu acho que as controvérsias que se fala em relação à história da Fundação têm a ver com esse contexto onde as agências estão tomando essas decisões, sentadas na mesma mesa que as agências multilaterais do sistema UN. Mas então, o que nós temos aqui? Nós temos uma Revolução Verde, nós temos um financiamento muito grande em termos de desenvolvimento de métodos contraceptivos na área médica, com todos os problemas que pesquisas e investimentos importantes, mais do que monetariamente importantes, estratégicos em termos de financiamentos na área do desenvolvimento dos métodos contraceptivos – que o Brasil teve um desenvolvimento a partir do Coutinho, algumas coisas extremamente importante. Nós temos um outro aspecto que é a questão direta de Bemfam que seria, agora voltando enfim até a questão [risos] depois dessa longa... A Bemfam seria uma parte mais sociológica, mas a grande questão que houve com a Bemfam tem muito mais a ver com a questão de fazer... Ela não é só uma ação educadora da questão de, como se dizia naquela época, de planejamento familiar. Na verdade, do ponto de vista dos atores que estão programando se fala em controle de população. Mas o termo seria planejamento familiar. Na área médica, até hoje, ainda falam de forma politicamente equivocada, eu imagino que eles chegam mais tarde na coisa mais sociológica, falam em planejamento familiar. Então, eu acho que a grande questão ali com a Bemfam, que inclusive na sua formação – eu acho que vocês já viram isso – tinha os nossos grandes sociólogos envolvidos: Gilberto Freyre faz parte da constituição é o segundo presidente da Bemfam por bastante tempo. Mas a disputa e a discussão e os problemas em relação à Bemfam são muito mais dos movimentos sociais a posteriori, mas tem a ver com o que ela, de alguma forma, está provendo serviços de saúde. Então, de volta

tem mais a ver com essa parte médica de provimento de serviços de saúde: se está fazendo isso de uma forma ética, com quem está fazendo, ela está, de alguma forma, promovendo esterilizações - isso está claro pelos documentos não da Fundação, mas da própria Bemfam. Está, de alguma forma, buscando duas coisas, tem o lado extremamente positivo que é esse lado de dar acesso à mulher ao controle de sua própria reprodução – que é um passo médico, digamos assim, é um passo clínico. Se essa mulher está suficientemente informada ou não, ou se esses métodos são reversíveis ou não são etc., isso é outra questão. Esses movimentos sociais têm discutido bastante. E a outra é que à medida que tu promoves individualmente, tu também estas promovendo como política pública. Só que a grande discussão é que a Bemfam não é uma agência pública e aquilo não tinha nada a ver com políticas públicas governamentais. Então, ela entra em conflito à medida em que tanto - e aqui nós estamos nos anos da Ditadura tanto (eu recentemente vi uma entrevista do Coutinho onde ele falava isso com muita clareza, eu até posso passar para vocês essa referência) - a esquerda quando a direita eram radicalmente contra essa intervenção e por isso que não havia, quer dizer, e por outras razões, certamente: o investimento público não estava na área da saúde, o SUS não era universal etc., etc. A forma foi fazer uma *laissez-faire* do ponto de vista de políticas públicas relacionadas à questão de planejamento familiar de uma forma, de controle da população se a gente está olhando do ponto de vista macro. Mas a gente está vendo do ponto de vista do direito, do acesso, do cliente, aquilo que é ter uma pílula contraceptiva, ter o acesso aos métodos contraceptivos que só começam, no Brasil, muito mais tarde, não é? Então nós temos um vácuo aí...

H.A. – E havia a Igreja também nessa discussão.

O.L. – Eu não sei o quanto a Igreja é importante. Eu acho que, de um modo geral, a Ciências Sociais tendeu sempre a colocar o papel da Igreja de uma forma muito... A Igreja Católica. Eu acho que a religião sempre teve muita importância etc., etc. Mas têm vários dados que vão mostrar que a Igreja Católica nunca chegou a normatizar o comportamento individual, porque... A Igreja não mudou tanto assim e nenhuma mulher católica deixou de optar por usar pílula ou camisinha porque a Igreja diz isso ou aquilo. Hoje, sim, com o aumento dos grupos pentecostais, em relação à direitos sexuais, hoje eu diria que como eles têm uma mídia muito forte etc., etc., eu consideraria, do ponto de vista sociológico, o efeito da Igreja. A verdade é que se faria... E a Igreja sempre foi bastante dividida e se a gente pensar, naquele momento,

tinham alguns padres-chaves que defendiam - fazia parte de uma agenda conservadora - o controle da população etc., etc., ou seja, que se aliavam a esse tipo de atores sociais. Mas eu acho, assim, esses autores só existiam na falta de outros, no vazio de outros, não é? Os nossos movimentos sociais, a nossa esquerda, claro, não só estavam extremamente calados nesse momento... Calados não, porque de alguma forma tinham uma agenda que era a revolução social etc., etc., de outras formas, mas não se calavam sobre esse item, não era uma coisa a se importar, assim como não era uma coisa a se importar a etnicidade, assim como não era uma coisa a se importar o gênero ou outras questões que a gente sabe que nunca fizeram parte da agenda mais crítica do desenvolvimento social.

L.O. – E aí você acha que, dentre esses movimentos sociais, os grupos feministas foram importantes, vamos dizer assim, em uma revisão desse tipo de política ou não?

O.L. – Eu acho que não. Eu acho que não. Nem os movimentos... Eu acho que a gente quando pensa, assim, do ponto de vista das Ciências Sociais, a gente tem que pensar assim: em termos de ONGs e termos de movimentos sociais. A nova forma de organizações dos movimentos sociais, de uma sociedade hoje globalizada etc., são as ONGs, deixou de ser a classe o problema, deixou de ser, então, o grande conflito capital e trabalho. E, portanto, o sindicato ser representante dessa forma e a forma mais sistemática de pensar o mundo e a transformação social, enfim, o que todos nós queremos: um mundo melhor para todos. E, sim, as ONGs. Então esse modelo, essa "ongsação", isso, eu acho que, sim, já vem dentro de um formato que é um formato das agências à medida também que se... Não maquiavelicamente pensando, mas pensando na eficácia do próprio movimento social como um todo. O movimento social muda de figura porque as questões não são mais tão grandes questões entre capital e trabalho, mas várias questões. Então essas várias questões precisam de atores específicos e agendas específicas. Então, a gente vê pouca coisa ainda nas Ciências Sociais pensando essas questões. A gente tem talvez hoje no Museu uma coisa, assim, sobre... Eu acho que o Leite Lopes fala da ambientalização das palavras de ordem do movimento operário etc., etc. Mas não temos, assim, eu acho, uma grande análise a meu ver. Eu sou da Antropologia e posso estar faltando leitura dos nossos cientistas políticos atuais. [riso]

H.A. – Bom, nessa época existia o programa População propriamente, tinham program officers

destinados a isso. Me chamou atenção na leitura, sobretudo, do artigo do livro Os 40 anos que você citou, a questão do índice Perkin que era o nome de um program officer...

O.L. – De um program officer. Acho que era Gordon Perkins.

H.A. – Isso, exatamente. De 73 a 75...

O.L. – Eu até teria que reler esse material para lembrar exatamente do que se tratava. Mas é bastante interessante. Se eu lembro é quando a saúde... Essa parte que seria, vamos dizer assim, planejamento familiar e a discussão de como seria eficaz ela entrar dentro na agenda, no caso, dos países subdesenvolvido, não é só do Brasil, é América Latina nesse sentido. Eu acho que o Gordon Perkins é alguém da área médica e ele é program officer para América Latina toda, eu não tenho certeza – teria que olhar isso. Mas eu sei vários momentos, várias leituras, até porque eu até conhecia isso antes de entrar na Fundação Ford pelos livros da área de saúde. Eu acho que ele é um ginecólogo que tem uma preocupação social bastante forte. Então ele constitui o que seria uma guinada em termos de Saúde Pública, o que eu acho bastante interessante em termos de história, porque ela vem não da área sociológica, mas da área da própria medicina nesse caso específico e a influência que ele tem dentro das agências – é sempre nesse sentido, não é uma coisa tão específica aqui. Ele constitui um índice, mas que acaba sendo aplicado, eu acho que, pela Bemfam e eu acho que por outros agentes. Se eu lembro, seria mais Bemfam como esses...? Ou criam outros programas que se chama o Renumi que aí envolve a USP, a Unicamp - A Unicamp é bem importante - e a Federal do Rio. Ou seja, nós temos o começo dessa área de desenvolvimento como Saúde Pública e dentro dessa ideia o que esse senhor faz, e eu acho analiticamente interessantíssimo, é constituir um guideline, um índice que é para dizer: quem tem mais risco de ter mais filhos mais rapidamente. Porque aquela pessoa, aquele indivíduo vai ser mais assediada com o acesso àquele bem que é a possibilidade de controle da sua reprodução. Claro que, do ponto de vista sociológico, esse índice vai dizer que as mais pobres e as que já têm mais filhos são as que mais precisam do controle da sua própria reprodução. Não sei, não foi estudado ainda... Tem efeitos também muito perversos, mas do ponto de vista da reflexão sociológica é extremamente interessante e tenho certeza que, pelo menos, os artigos acadêmicos que eu li dele, era um pesquisador importante, é muito importante sobre usar um "guideline" que não entra apenas indicadores

biológicos, mas indicadores sociológicos. Então, nesse sentido, ele é bastante inovador. Agora, os efeitos disso seriam outra discussão, outro momento que certamente a de ser feito por nós, cientistas sociais e demógrafos.

H.A. – A gente falou na importância dos cientistas sociais e eu, justamente, queria que você falasse da importância da Ford para a consolidação da área da demografia no Brasil. Eu acho que teve ali também um apoio forte a isso, não é?

O.L. – Engraçado. Eu sempre tive essa ideia antes de entrar para a Ford e para a Fundação, nesses anos a partir de 2000... Mas fiquei muito impressionada com essa capacidade de, tendo relativamente poucos recursos – tudo é relativo aí –, o investimento que faz na área científica. Eu acho que ela tem um papel muito importante na própria constituição da Capes. Eu acho que isso ainda está para ser estudado. Então é junto com isso também, em um determinado contexto. Mas a própria disciplina Demografia tinha os cientistas sociais com um determinado tipo de formação, mas o próprio campo da demografia tem um papel fundamental de constituição, isso é explícito, pela Fundação Ford. Ela é muito avançada, digamos assim, nesse sentido. Então, vamos estudar... Há um problema: Como se calcula o crescimento de população? Quem que tem que estudar isso? Não são eles, estrangeiros... Sim, vamos constituir as condições dentro do próprio país. Então isso é muito claro em vários documentos e tal. E isso precisa ser dito em relação à Fundação Ford que é um esforço sempre de desenvolvimento no próprio país mesmo em relação à Ciência Médica que seria... Isso não era comum nas outras agências. A Ciência Médica, o desenvolvimento dela, sim, é muito importante nessa área toda de materno infantil etc., etc., tão grande quanto na parte de demografia e a Ciências Sociais. Eu acho que o Museu Nacional, a parte de Antropologia, é constituído por um grant muito forte da Fundação Ford. E depois, no outro momento, onde eu imagino que haja toda uma reavaliação da necessidade de que quando os nossos governos aqui da Ditadura, já não estão mais dando conta. Claro que a Ford aqui não é uma representante do governo americano, ela é uma agência privada, a gente nunca pode esquecer isso. É complicado a gente entender todos os braços e, vamos dizer assim, trajetórias e circulações dentro de uma coisa de outra coisa e outra coisa. O governo americano é uma coisa, as agências multilaterais são outra coisa e as agências filantrópicas são outra coisa, não só as americanas. Agora, onde que essas pessoas se sentam, o que elas resolvem, de que forma se resolvem, isso é um trabalho que as Ciências Sociais ainda se debruçou pouco. Mas

é muito mais complexo do que eu possa dar conta como P.O., não é? Mas eu acho assim, esse compromisso com o desenvolvimento da ciência é muito forte na Fundação Ford e tem a ver com esse “goal”, com essa meta que é acreditar na democracia.

L.O. – Não sei se estou me lembrando corretamente... Inclusive, é interessante que a área de demografia é daquelas: programa gerenciado pela Ford – tem um item assim. Quer dizer, uns eles fazem a doação para algum lugar para seguir e têm outras... Eu tenho a impressão que esse é um deles, eles investem, eu não sei se no início é em bolsas de pós-graduação...

O.L. – São de várias formas. O próprio curso de demografia... Quer dizer, a primeira coisa que tem que fazer – eu estou dizendo isso como um P.O. – para desenvolver alguma coisa... Tu podes desenvolver as cabeças pensantes, tu precisas, então, investir naquelas pessoas – isso é um primeiro passo e é relativamente barato. Claro que isso está dentro daquela crença anterior, e digamos assim, que nós como antropólogos temos uma crença anterior no individualismo e que aquelas pessoas sejam capazes de desenvolver o campo. Mas isso é dado do ponto de vista de... O que é verdade, serão agentes importantes. Agora, como se desenvolve o campo? Se tu desenvolves, se tu dás o recurso para alguns indivíduos, identificas aqueles que são os gênios da área, as pessoas que têm mais potencial – esse tem sido o modelo não só da Ford, mas de todas as agências. Claro que isso tem um pressuposto que é o individualismo, entende? A crença no gênio. A crença do indivíduo como “self-made men” nos líderes...

L. O. – Mas uma coisa, a gente olhando, vários campos têm isso... Se em alguns lugares a Ford vai investir no curso... Uma coisa é você dar uma bolsa para a pessoa estudar fora...

O.L. – Mas o curso só pode ser constituído depois que tiver as pessoas para fazer a massa crítica. E, ao invés de... Tanto nos curso de Agronomia, toda essa parte de desenvolvimento rural – chamava desenvolvimento rural, as nossas universidades, todas elas que ainda se chamam de desenvolvimento rural são dessa época e eu não sei, teria que ir lá olhar, elas certamente têm recursos da Fundação Ford. Então tem toda essa área de desenvolvimento rural, tem essa área médica, especificamente, que aí vai para a parte de desenvolvimento de Saúde Pública, de materno infantil, aí eu acho que essas pessoas ainda estão aí, todos eles são dos anos 60. E tem a área de Demografia, tem a área de Antropologia que eu nunca cheguei a mexer

ainda com o material da Antropologia para ver dentro de que contexto que ela entra, mas seria bastante interessante. E uma das coisas estratégicas foi o desenvolvimento da pós-graduação em geral e aí a própria Capes.

L.O. – E a área de Ciência Política que não existia no Brasil...

O.L. – Exatamente.

L.O. – Mas, tudo bem. Então, escolhe, identifica aquelas pessoas... Estou aqui tentando remontar...

O.L. – Essa é exatamente a função do P.O.

L.O. – Então, aqueles indivíduos que possam desempenhar esse papel etc., etc. Treinam essa pessoa, levam para um curso nos Estados Unidos, uma ou duas não sei o quê. Aí essas pessoas já se formam a possibilidade de organizar um curso naquela área.

O.L. – O termo seria: institucionalizar o campo. E ela é um agente fundamental em termos de institucionalização do campo.

L.O. – Em seguida, o que a gente nota? Criação de associações. Entendeu?

O.L. – Vem junto, eu acho.

L.O. – É, estou fazendo como lógica só. Todas elas, a Apocs... Na área de Demografia também. Como é que chama a associação que a gente...

O.L. – A ABA, Anpocs, todas elas receberam...

L.O. – Abep... Então é muito interessante isso, porque, vamos dizer assim, de alguma forma começa-se a criar uma rede. Estou certa nessa percepção? Quer dizer, o indivíduo, a institucionalização e a rede.

O.L. – Aqui a preocupação não é a rede. Aqui a preocupação é de trazer aquele “player”, ator do ponto de vista da Antropologia, que seria da sociedade civil. Não se perder a coisa dentro da própria instituição, não é? Ainda mais que as instituições, nesse caso, são públicas em geral. E acreditar que o desenvolvimento tem um aspecto muito importante que é a própria sociedade civil – organização e forma de organização da sociedade civil.

L.O. – Certo. A gente vai aprendendo essas coisas. Eu estava pensando que era uma coisa mais de manter a rede para aquilo funcionar.

O.L. – Não, acaba acontecendo naturalmente. Mas do ponto de vista da pessoa instituição como um P.O. seria muito mais fácil lidar com a instituição do que lidar com a rede. É muito menos caro, porque eu já tenho etc., etc. Mas a ideia é um pouco tirar essa coisa que dentro... Isso não está explicitado, mas é uma espécie de consenso ou estará explicitado em algum lugar e eu não conheço, mas as instituições têm todas as suas amarras. As instituições tu não consegues dar um grant sem um “over head” e vai depender da direção da instituição como um todo e não exatamente de uma determinada posição dentro da instituição que é aquela, naquele momento, do ponto de vista da Fundação, interessa incentivar ou não. Ela vai ser índice indiscriminadamente. E é, sobretudo, em relação à ABA, Anpocs que eu acompanhei bastante e continuei dando grants, é muito mais em termos de fazer uma agenda que tenha a ver com essa agenda internacional que também é constituída democraticamente, afinal os nossos representantes também estão sentados nas mesas do mundo multilateral, definindo os bons do millenium etc., etc. Mas tem a ver com isso, então... Por exemplo, vamos dizer que a Associação dos Médicos, que dificilmente recebe, não estão prestando atenção para questões hoje que seriam de sustentabilidade... Então um pouco é isso, é colocar uma agenda que do ponto de vista de um consenso mais internacional, em vários níveis, acham que é importante. Sim, é importante que a mulher trabalhe no mercado de trabalho. Sim, é importante direitos humanos. Sim é importante... Então é nesse sentido. Então, que lugar... Aí eu acho extremamente eficaz, dentro das estruturas, lidar com essa coisa que seria mais uma associação civil, mas de pesquisadores e colocar uma agenda em termos de pesquisa, prêmios para alguns trabalhos na área, por exemplo, de direitos humanos, de saúde reprodutiva, de direitos sexuais. É extremamente eficiente e, digamos assim, usando a linguagem da agenda, o retorno para o

dólar é muito maior do que em qualquer outro lugar.

[FIM DO ARQUIVO I]

H.A. – Bom, a gente está indo em uma ordem, mais ou menos, cronológica, mas com bastante análise que está sendo bastante interessante. Você estava falando desse contexto internacional, eu acho que seria interessante a gente falar também das conferências: como elas surgem aí... Tem uma frase que é citada no artigo de 40 anos que eu acho bem interessante que é da Conferência de População de Bucarest em 74, é de um chefe da delegação da Índia que fala: “Desenvolvimento é o melhor contraceptivo”. Então aí você já vê uma mudança na maneira de vê a coisa...

O.L. – Em relação à primeira Conferência de População, não é? A segunda e a primeira não deu certo, alguma coisa assim. É quando o sistema ONU vai dizer: “Bom, nós aqui” - aqueles homens sentados em volta da mesa oval - “O que vamos fazer pelo mundo?”. É um pouco assim. Como eu tenho participado muito desse mundo até entendo melhor, isso não tem nada a ver, especificamente, com a Ford. Eu entendo esse mundo bastante multilateral em relação a essas representações e também a legitimidade que são países que estão tomando decisões e decidindo fazer algumas conferências chaves. Mas em relação a essa Conferência de Bucarest que é a primeira vez que aparece a necessidade... Do ponto de vista do contexto internacional e uma discussão explícita sobre a questão de controle de população, que, diga-se de passagem, agora me ocorreu, têm vários grupos dos verdes que voltam com essa mesma solução, hoje, contemporaneamente, por incrível que pareça, tem muito dessa discussão. Mas, em relação a isso, eu acho que vocês têm disponível, e vale a pena (eu lembro de já ter lido), a posição do Brasil nessa Conferência. E a posição do Brasil, como sempre, é muito coerente apesar dele ser contra do ponto de vista da definição, na hora da votação ele também não volta contra. [riso] A diplomacia brasileira sempre teve uma coerência muito grande em relação a isso, não é? Então isso é outra história, história das relações internacionais, a posição do representante brasileiro nessa comissão. Eu acho que isso faz parte, certamente está nos... Isso não pertence à Fundação Ford, isso está lá nos documentos. Então eu acho que até vale a pena dar uma pesquisada. Mas tu me perguntaste...

H.A. – Não, em relação mesmo às Conferências, por que o que acontece? Acho que no fim da década de 70, a matriz, a Fundação Ford, começa a dar uma guinada nessa maneira de pensar...

O.L. – Isso. Exatamente, e não só... Todas as fundações têm um papel importante, os donors como se diz, na agenda multilateral - têm um papel extremamente importante. Claro que esse papel na agenda multilateral tem a ver com a quantidade de doação que cada agência põe e que cada país põe para manter todo o sistema multilateral. Então é claro que, por exemplo, pegamos hoje uma das agências, em termos de quantidade de recursos, das mais significativas que é o Fundo Global, em relação à Aids e às doenças esquecidas. Então ter um assento no comitê ou no board do Fundo Global é um lugar de decisão importantíssimo. Então, o que terão nesses lugares? Vai ter os países devidamente representados, os donors, mas os países que colocam mais recursos naquele investimento específico; terá as agências, as agências com mais recursos, especificamente na área da Aids, hoje, seria Bill Gates, não é? Geralmente os recursos das agências batem nos recursos dos países, porque vale mais a pena investir, enquanto agência, em uma agência própria agência multilateral do que no próprio recurso de base. Então, isso é muito mais estratégico e deixa que todo o custo de gerenciamento do recurso conte com a própria estrutura das agências multilaterais. Então esse papel, esse “quem senta em que comitê, em que mesa, em que board”, então aí tem a figura das agências. Então essas decisões do sistema UN – não só ela, ela é um dos “players centers” –, vão está afinados, geralmente, com o outro. Assim, um que eu tenho seguido muito, como sentando em uma dessas mesas... Bom, é claro que vai ter a representante da sociedade civil – são sempre minoritários, mas estão lá e estarão lá sempre – da sociedade civil dos países com todo esse ideal de diversidade, de governo...

L.O. – Esses representantes seriam o quê? ONGs?

O.L. – ONGs ou... ONGs seriam uma delas, mas não necessariamente. Eu tenho assento tanto na OMS, Saúde Reprodutiva, como no Fundo Global – no comitê técnico. Mas é o comitê técnico que vai definir se o recurso vai ou não. Não vai definir os princípios das alocações, mas vai definir, especificamente...

L.O. – Sei, sei. Mas aí importa, quer dizer, para além do que você está representando ou isso

ou aquilo, a sua competência, a sua qualificação na área...

O.L. – E sua posição política, certamente. E ter uma posição política diversificada é extremamente positivo, coisa que no Brasil, às vezes, a gente tem dificuldade de lidar com a diversidade. Bom, porque fulano que é islâmico não sei o quê, é fundamental o que ele sente. Claro que não vamos transformar em cinquenta e um por cento dos assentos, mas certamente...

L.O. – Mas aí você diria, estou especulando, que esse, vamos chamar assim, comitê técnico é fundamental, por exemplo, na transformação da política da coisa ou se teria que ver cada caso? Quer dizer, um pouco porque...

O.L. - Os boards são mais, nesse sistema de gerenciamento, digamos assim... As gestões, hoje, são cada vez mais transparentes. Eu acho que esse material, em termos de pesquisa hoje, necessariamente tem que estar todo nas páginas: as decisões, os relatórios. Dá muito trabalho, mas é mais fácil pesquisar, porque tem muito material disponível. O board é sempre muito mais importante, mas o board também é diverso. O board é mais importante do que os comitês técnicos. Agora, para delivery, entregar os recursos são os comitês técnicos – é o mesmo modelo hoje Capes-CNPq.

L.O. – E é o modelo da Ford? Não, você diria que é a Ford é assim?

O.L. – A Ford vai sentar nesses comitês eventualmente.

L.O. – Sim, mas ela própria?

O.L. – Ela, Ford, não. Aí ela tem um... Ah, bom, tu queres dizer em termos da diversidade da composição daquilo que seria os programs officers e as decisões de board?

L.O. – Tem um board na matriz...

O.L. – O board eu acho que é uma composição necessária e política, não é? Eu acho que acaba que o board define grandes linhas, define prioridades muito grandes, mas, na prática, os

diretores, as diretorias têm muito mais poder. O board é muito mais uma fachada política da instituição, nesse caso. Diferente de outros do sistema multilateral que a gente tem acompanhado: bom, o Brasil vai ou não vai ter assento na...

H.A. – Na ONU...

O.L. – Na ONU tem sempre, claro que isso todos tem, mas no...

H.A. – Na de Segurança...

O.L. – Na de Segurança que é, cá entre nós, o lugar. Entende? Então é aquilo, é essa disputa. São oito assentos, são oito assentos... Quem define que é oito... É oito, não é? Esse mundo das Relações Internacionais, eu quero dizer, é muito mais complexo do que a minha Antropologia conseguia perceber. [riso] Até por ser antropóloga, não é? Talvez eu estivesse muito mais no nível do local. Mas isso, eu faço questão de dizer, não foi uma coisa que foi me permitida a partir da Ford, foi o contrário: eu acho que eu já tinha vivenciado esse mundo através de muita participação em comitê da OMS – Organização Mundial da Saúde -, de entender um pouco dessa dinâmica. Então, claro, aí é que eu entendi o papel das agências na dinâmica multilateral e que não é pequeno, que é forte, se a agência estiver competentemente organizada para tal coisa. Porque ali é um lugar fundamental de onde o recurso e a ação pode ser multiplicado muito facilmente.

H.A. – É interessante isso que a gente estava falando da Conferência que foi 74 e nesse fim da década de 70 tem esse ajuste estratégico, não é? O quanto um evento importante, assim, global, influencia a Ford enquanto a Ford também influencia, não é?

O.L. – Exatamente, as duas linhas. Qualquer outro, o de população, o de direitos humanos, cada vez que vai acontecer... A Conferência de Aids é uma mobilização que é ali que vai se decidir. Até então se decidiu que não se dava um dinheiro para o tratamento. Só o Brasil, enlouquecido, fazia tal coisa de gastar dinheiro com moribundos. Aí então se assume. Mas o papel do Brasil, em que o sistema toma essa decisão, é fundamental. O exemplo de país, os trabalhos principalmente acadêmicos. Aí o que vale é uma militância qualificada, não é? A

Fundação Ford sempre acreditou em militância qualificada. Então, por isso, esse investimento tão forte em educação para, vamos dizer, dar apoio a algumas questões que realmente, se acredita, venham... Em um primeiro momento essa agenda é feita muito mais de cima para baixo, eu acho. Hoje essa agenda é feita menos de cima para baixo. Com todos os impasses que nós, cientistas sociais, temos naquela divisão entre serem mais basista e não naturalizar o fato que vem do povo e nem, por isso, é a melhor opção do ponto de vista de algumas coisas que imagino que todos... Meio Ambiente, qualidade vida para a totalidade.

H.A. – Aí, nesse momento fim dos anos 70, o programa População deixa de ter um program officer pelo o que a gente viu. Eu achei também interessante, porque essa mudança de abordagem e deixa de ter uma program officer.

O.L. – Isso, a partir dos anos, eu acho que é final de 70... Mas aí é porque as fundações, e aí sempre algumas das fundações, mas as fundações mais importantes, tem que saber exatamente um jeito de acompanhar isso também, saber qual é o governo americano naquele momento, como acontece, como deixa de acontecer. Não porque é o governo americano que está ditando diretamente, mas porque o governo americano vai ter, seria ingenuidade acreditar diferente, uma posição muito importante em relação ao sistema multilateral. Então essas coisas vêm junto, não é?

L.O. – Em 70 é Jimmy Carter.

O.L. – Exatamente. Então houve uma liberalização também, entende? Então é isso que vai acontecendo. Essa coisa vai da história mais complicada, mas para não deixar o papel daquela agência é um pouco para não perder assim nesse... E aí nós temos uma figura que é fundamental que conta as histórias todas que é o... Qual o nome dele? E que reformula tudo aquilo que se chama população, porque o objeto fundamental era o controle da população mesmo – por isso se chamava população. Com outras roupagens, realmente outra crença no sentido de outra ideologia por trás ainda que o benefício não fosse tão diferente. Mas vamos ver isso do ponto de vista dos direitos humanos, do direito das mulheres terem acesso aos métodos contraceptivos, do uso dos métodos contraceptivos informados, não do ponto de vista da política pública, mas a política pública tem que acompanhar aquilo que seria os desígnios e as

reivindicações da própria população, dos próprios grupos organizados que acabam sendo sempre... Então nós temos aí o desenvolvimento do movimento feminista. Todas as razões que nós podemos dar com a agenda feminista, não é? Temos junto aí, certamente, um determinado desenvolvimento político nos EUA da própria agência. Mas essas coisas vão um pouco se... É um quebra-cabeça e ela vai se montando. A posteriori a gente pode fazer aquelas análises e vê em que momentos houve essas rupturas. Mas eu acho que é de 90 o... Isso vai acontecer na OMS também, na Iusp, a Iusp é outro órgão desses que seria sociedade civil e multilateralidade que é fundamental, que é o de população. Então que é fundamental em termos de como é que se definem as políticas em relação à população.

L.O. – Você também tinha levantado a Conferência do Cairo de 94.

O.L. – A Conferência do Cairo é totalmente... Aí muda radicalmente...

L.O. – Quem dizer, tem uma mudança em 70 e tem uma mudança em...

O.L. – É 90...

H.A. – Em 94, não é?

O.L. – Sim, a Conferência do Cairo é em 94, mas ela não sai do nada. Ela sai desse amadurecimento de uma ruptura que houve antes e aí essa nova perspectiva do ponto de vista de direitos sexuais e saúde reprodutiva muda radicalmente, mas essa hoje é a linguagem da própria Iusp que é a de população. A gente mesmo em português eu acho que fala Iusp, é a conferência anual que eles têm que é a área de população dentro do multilateralismo. Tem um grupo que é dessa área de Saúde Reprodutiva, tem todas essas questões. Então, eles vão me dar... Eu acho que do ponto de vista das Ciências Sociais talvez seja uma das conferências muito mais importantes do que as de Sociologia Internacional, porque...

L.O. – [riso] É claro.

O.L. – Não, não. Realmente as agendas, os comitês, como é que são criadas, o vínculo dela

com o sistema é muito mais forte do que a sociedade sei lá o que de Sociologia e tal. E é bastante acadêmica.

L.O. – Só uma coisa, não sei se você já vai entrar aqui nas atuações dela. Uma coisa que aprendemos muito, as ações das instituições multilaterais etc., etc... Eu ainda pensando antigamente, vamos dizer assim, por outro lado você tem movimentos sociais através de ONGs ou o que seja tendo algumas posições, algumas posturas; as agências atuando ali localmente etc., etc. É uma questão assim: como é que se transforma isso em política pública?

O.L. – Olha, o único jeito de transformar isso em política pública é financiando grupos que teriam essas prioridades. Ou financiando e a Fundação Ford financia, mas prefere, pela coisa toda do engessamento institucional, financiando as próprias instituições para políticas públicas.

L.O. – Por exemplo, eu tenho lá uma determinada posição que eu acho que é a mais importante... Então, de alguma forma, esses grupos organizados em ONGs ou em associações, vamos dizer assim, têm que conseguir que o Estado brasileiro, na esfera municipal, estadual ou federal, assumam aquilo.

O.L. – Isso, porque, bom, a ação política de um grupo, em princípio, estaria... Pode ser voltada para mudança de políticas públicas. Então, quando tu fores financiar um determinado ou uma determinada sobre vai ver qual é a eficácia desse grupo em termos de ação de política. Se esse grupo tem, de alguma forma, uma eficácia... Claro, vai pegar ele na sua tradição, em geral, quando começa do zero é diferente. Então tu vais tentar ver: quais são esses canais, qual é a eficácia dele em termos disso? Ele tem uma história de assessoramento no Congresso? Ele tem uma história de presença política em relação à mudança de políticas públicas? Por exemplo, por isso também vale muito a pena financiar, eu estou dizendo agora como se eu fosse um P.O. (eu acho e isso é uma posição minha), extremamente estratégico financiar associações como a Anpocs e a ABA. Porque elas têm uma visibilidade nacional e elas têm, quer dizer, condições de impactar políticas públicas. Então essa seria uma das alternativas que o grupinho lá, eu, o [INAUDÍVEL] etc.,etc., não tem essa capacidade. Mas é claro que tu tens que estar sempre pensando em dois níveis, porque se aquela determinada área não está desenvolvida e se aquela população não é aquilo que a população – população quer dizer determinados grupos políticos

– quer, pelo menos hoje a Fundação não vai adiante fazendo uma proposta de alguma coisa que não tenha apoio. Bom, quem tem que decidir são esses atores que... Inclusive é muito comum em um determinado momento, quando uma Fundação – eu estou dizendo uma Fundação, não é a Fundação Ford – começa a financiar determinada área que por uma razão ou por outra vem toda essa coisa que nós teríamos que fazer uma história da trajetória do próprio presidente, do diretor, etc., etc., e a história política dele. Mas, por exemplo, não é incomum tu financiar duas posições opostas, porque... Se tu queres financiar política pública... Mas antes de querer financiar política pública A, B ou C, tu queres que aquela política pública estabelecida tenha sido bem pensada pela população. Estou dizendo de um ponto de vista liberal, isso é, assumindo a liberalidade da coisa e não com uma agenda escondida. Então vai colocar aquilo na agenda pública para que aquilo comece a ser discutido. Vai financiar mídia, de certa forma, ou grupos que tenha investimento na mídia. Durante o tempo que eu estive lá, por exemplo, duas questões que nós, da Fundação Ford, achamos extremamente importante, estou falando em nome da Fundação Ford, mas que eu não acho que fosse o caso de colocar goela a baixo, ou de fazer alguma coisa autoritária em relação a isso. Por exemplo, a discussão de cota, a discussão de ação afirmativa que é uma discussão muito complexa. Então eu, como P.O., posso ter uma posição pessoal a respeito disso, o outro P.O. também, o outro P.O., mas a posição mais correta é ver qual é a posição que essa sociedade civil tem. Então tu não tens uma posição madura que seja da sociedade civil a ponto de se colocar na agenda, e nem nós temos poder de fazer isso, de cota. Mas nós temos sim o poder para financiar que o debate aconteça e o que os políticos, aqueles "policy makers", comecem a se preocupar com isso, que chame a atenção para questão e que se reflita. Porque mais do que fazer política ainda tem um momento de reflexão sobre isso, mas não pode acontecer a política a revelia dessa reflexão. Então um pouco é isso. Eu usei o exemplo da cota, mas teriam outros: a questão de autoridade intelectual que é totalmente ausente das universidades.

L.O. – Isso era das últimas coisas que eu ia colocar aqui. Eu falei: “como é que Ondina, que veio de Saúde e não sei o quê...?”. Vamos falar isso depois. Só uma lembrança assim. Eu acho que talvez, se você achar que não procede... Se o caso da Aids não seria interessante você pensar como é que foi depois a coisa, Betinho, a ABIA... Você falou: “O primeiro governo brasileiro levou na Conferência...”. Talvez se você pudesse falar um pouco sobre como é que se deu isso para a gente entender...

O.L. – Bom, vai ser sempre uma interpretação sociológica minha da história do movimento de Aids no Brasil e etc.

L.O. – Não, claro, nós estamos pedindo para você.

H.A. – Só um comentário. Quando a gente entrevistou o Shepard Forman aqui, ele comentou que na época ele estava na matriz quando a Fundação Ford começou a investir nessa área, não é? E que na verdade foi um trabalho de convencimento muito difícil lá.

O.L. – Exatamente. Eu acho que, mesmo aqui na Fundação Ford, foi o Brasil, de todas as instituições – eu devo ter estudado em algum lugar – de todos os escritórios, foi o Brasil o primeiro. E o Brasil como Estado também. Quer dizer, esse é um exemplo extremamente positivo de como que o escritório aqui estava atento... Bom, nós temos já um Brasil democrático também. Então isso muda muito. Então nós temos um Brasil democrático, nós temos uma sociedade civil muito mais organizada, nós temos as demandas da sociedade civil, nós temos uma luta dos sanitaristas como um movimento social extremamente importante, nós temos a... Coincide com a Constituinte e com a advocacia de saúde universal que foi a partir da Constituinte, não é? Então tem várias questões para entender um pouco desse movimento da Aids e aí a Fundação, é o escritório daqui que é o mais e sempre foi – agora não sei como é que está... Tanto que só passa a ter um programa internacional de Aids quando eu estou na Fundação, não por causa de mim, mas lá por Nova York. E também já acabou, passou a ter um vice-presidente, não sei se acabou, mas ele já não está mais lá, específica em Aids. Não é uma das áreas que a Fundação tenha... A Fundação no Brasil sim. A Fundação no Brasil sempre foi muito importante. Agora, como é que isso vai acontecendo em relação ao Brasil eu acho que tem várias interpretações possíveis e, eu acho que, uma delas é a Constituinte, é o momento que acontece da eclosão da própria doença e da própria sociedade civil etc., etc. Eu teria uma interpretação que a gente não escrevia a respeito como sendo cientista social e que é um pouco perversa, mas a verdade é que a Aids é uma doença que começa e aparece de classe média, de classe média alta e de pessoas com muita visibilidade pública. Então eu acho que esse elemento também não é a mesma coisa que se fosse malária, entende? Então isso seria também, eu acho, ingênuo não identificar em termos da importância. Agora, o que foi feito é absolutamente

importante, absolutamente fundamental em termos de Brasil e não foi governo sozinho, não foi Fundação que veio, aí eu acho, a reboque. Assim como o Brasil tem sido sistematicamente uma liderança em termos direitos sexuais que tem um pouco a ver com esse amadurecimento do movimento de Aids. Eu até posso, dessas coisas assim pitorescas... Agora que falou nisso, me lembrei de uma situação em que eu estava como Fundação dentro do que seria como uma representante do Brasil, na Conferência de Aids na UN, em uma das reuniões mundiais de Aids que são extremamente importantes: onde estão todos os presidentes, as posições dos presidentes, como isso se constitui etc., etc. E fazia parte, nessa época... Quem estava aqui como direção da Aids era a Maria Ângela. Nessas reuniões, cada país leva os seus delegados. O Brasil sistematicamente, verdade seja dita, pós-abertura política, faz questão de fazer a participação política... Esses delegados não são funcionários do governo, são realmente representantes da sociedade civil. Essa decisão de quem vão ser aqueles dez, doze, três delegados com direito a assento, documento e não à voz, claro, porque quem tem voz é o presidente do país ou o ministro. Mas estar presente na discussão é uma coisa extremamente importante. Então, o próprio Brasil, eventualmente, pode convidar alguma agência que ele, de alguma forma, acha que tenha uma posição meritória ou não. Mas quem tem autoridade para isso é o país e não... Então eu estava em um desses comitês e eu lembro a posição do, eu por acaso estava sentada ali, representante... Seria o embaixador representante dos Estados Unidos, vou evitar nomes, e o embaixador representando o Brasil. Aliás, a diplomacia brasileira é de uma excelência em termos de formação e de coerência que é impressionante. Eu tive uma oportunidade de assistir isso, não é? E aí, em uma delegação brasileira, com cara de.... [riso] Assim, a delegação brasileira sempre tem essa cara que é sociedade civil e a sociedade civil de Aids tem uma cara que obviamente são grupos de gays, travestis, de pessoas vivendo com Aids desde muito cedo – a nossa sociedade civil -, a organização das prostitutas sempre fez parte da delegação. Estávamos no governo anterior americano extremamente conservador e eu estava na frente quando eu vi o ministro americano, o embaixador americano, reclamando para o embaixador brasileiro, mas como tinha três pessoas naquela sala oval grande, ele meio que gritou e tinha uma confusão com a entrada de uma das representantes brasileiras que era travesti. Era uma travesti de um metro e oitenta etc., e o representante americano estava extremamente incomodado com aquela presença. Era logo depois, setembro, aquele excesso de coisas e aquela presença incomodando ele. Aí ele chama o colega brasileiro e diz assim: “Vocês, hein?! Podiam ter evitado isso” – dando a ideia de que aquilo era ridículo, não é? Ao

que o nosso representante respondeu para ele: “While you preach the diversity, we are the diversity”.

H.A - Na lata.

O.L - E claro que essas coisas se perdem, essas coisas são conversas de corredores. Mas eu acho que isso dá bem um pouco da cena, agora como uma antropóloga, de uma dinâmica dessas. Estou eu ali e como também no mesmo papel de outra pessoa extremamente respeitada da sociedade civil que tem uma liderança, nesse caso é dos movimentos dos travestis, a outra que teve a palavra que foi a representante do movimento das prostitutas, etc., etc. E da Fundação, que está como uma voz muito mais tímida ali da que a sociedade civil está presente. E nós temos os dois representantes máximos em termos de país e essa dinâmica toda acontecendo. Então um pouco isso, durma-se com um barulho desses. Mas também da uma ideia de como é que as coisas acontecem e como é que os compromissos se fazem. Porque o que vai sair em termos de carta daquela reunião é fundamental para definir, vamos dizer: “Vai dar ou não vai dar a medicação? Vai deixar o terceiro mundo se implodir, a África se implodir como centro de prevalência de HIV ou vai medicar?”. Sabe? Quer dizer, não leva essas...

L.O. – Vai romper patente ou não vai romper patente de algum medicamento?

O.L. – Exatamente. Então essa dinâmica.. O mundo é muito complexo. Trabalhar na Ford me ensinou que era muito mais complexo do que eu já pensava que fosse, não é? Ainda que, como cientista social, eu não era exatamente ingênua. [risos]

H.A. – Bom, em termos de apoio da Ford nessa área de Aids.. Estamos evitando falar em donatários especificamente, sei que você tem uma preocupação de se citar uns e não outros. Mas eu acho que um que mostra bem essa visão da Ford de apoiar a reflexão sobre a área é a Associação Brasileira Interdisciplinar do Betinho. Enfim, queria que você falasse um pouquinho aí, porque eu acho que foi importante esse apoio para eles também, não é?

O.L. – Muito importante, eu acho, em termos de constituição, todo início de movimento de Aids etc., etc. Eu pego a fase pós-Betinho, porque ele tinha morrido um pouco antes quando a

presidência passa para Richard Parker, mas sempre foi muito presente, o Richard, o Veriano, todas as pessoas. Eu acho que a Abia é uma das poucas organizações da sociedade civil que vincula duas coisas, que é difícil... Eu acho que é por isso que é uma ONG com tanto respaldo com tanto sucesso. Todo o seu corpo de dirigentes é uma formação muito forte, são doutores em Antropologia, em Saúde Pública, etc., etc. Então é uma instituição muito forte, nesse sentido, em termos de ter aquela capacidade de fazer análise e de ter claro para onde ir etc., etc. A Abia eu acho que é um momento super importante. Certamente não seria um grant meu porque eu sou posterior, mas certamente foi dado um recurso estratégico para a sua constituição da Ford, eu não acredito que tenha sido só da Ford, o próprio governo, não é? Porque essas coisas são de duas mãos, têm os financiamentos. Eu acho que nenhum país... Também isso é uma coisa importante que, às vezes, a gente não tem muita noção... O Brasil é um país muito maior, muito mais complexo, os recursos públicos que são dados às ONGs geralmente são de grande monta, não é uma coisa que as ONGs só dependam das agências. O que é totalmente diferente de outros países, sobretudo na América Latina, que se não tiver o recurso... Então isso faz uma constituição também diferente em termos dessas próprias ONGs porque elas não ficam, vamos dizer assim, reféns de um recurso de uma agência que já é [INAUDÍVEL] market, aquela é uma dos financiamentos. Eventualmente, aquela ONG não discorda da posição atual, isso ela pode abrir mão daquele recurso assim como ela pode abrir mão de recursos governamentais se vierem com restrições. Então eu acho que essa dinâmica é super importante. As ONGs que são importantes, que se mantêm e etc., são as ONGs que conseguem ter diversidade de sustentabilidade mesmo.

H.A. – Aí já com a sua participação ali como program officer tem um memorando seu bem interessante que você fala dos problemas que a Aids enfrenta... Assim, o programa brasileiro que é visto como de sucesso a partir dos anos 2000 ali, quer dizer, um pouco antes, enfim, burocratização, alguns problemas que... Queria que você comentasse um pouquinho isso também.

O.L. – Eu não lembro bem exatamente.... Aqui eu estou me referindo nisso, mas eu acho assim que uma posição que o Brasil, em relação a Aids, sempre teve que foi... Um pouco esse relato etnográfico dessa seção mostra um pouco essa posição do Brasil. É óbvio que, imagina, os países, os outros, não vão financiar... Nós estamos falando do governo americano no momento

em que prostituição é ilegal e onde, pela Usaid, foi proibido dar recursos (você lembram disso?) para as ONGs que, de alguma forma, defendiam os direitos das prostitutas. Então teve todo um esvaziamento de recursos que vinham das organizações americanas porque as organizações americanas – principalmente aquela que é oficial do governo que é a Usaid que financiava também várias das ONGs brasileiras – tiveram que tirar esse recurso e tiraram recurso também do governo brasileiro, porque dá recursos específico... Através do Banco Mundial... O próprio programa de Aids brasileiro começa sendo financiado pelo Banco Mundial. Essa história é muito mais complexa sempre. Com a condição de que nem um dólar do empréstimo, empréstimo – não era nenhum recurso doado, é muito importante – porque os juros para devolver para o Banco Mundial são altos, não é? [riso] Com a condição de que nenhum dinheiro investido era para sustentação de sociedade civil, de sustentação de pessoas vivendo com Aids. Mas nenhum dólar podia ser investido em medicação. E a posição brasileira que não é desse governo, mas do governo pós-abertura que foi no governo do Fernando Henrique e do José Serra – naquele momento era o ministro da Saúde – foi exatamente: “Bom, mas nós vamos continuar com essa política porque custa mais barato nós tratarmos a pessoa por Aids do que a hospitalização...”- quer dizer, isso do ponto de vista racional econômico independente de qualquer outra racionalia do ponto de vista de direitos humanos etc., etc. Por que vamos investir aqui? Porque tratar alguém, do ponto de vista, vai onerar de tal forma o Sistema Público de Saúde, alguém que esteja constantemente... E além de todas as questões de forças de trabalho das pessoas jovens... Todas as questões que hoje são bem conhecidas do ponto de vista do argumento na área específica de Aids que foi formulado pela posição brasileira. Então, sempre teve um confronto muito grande, aqui no caso com a agência multilateral Banco Mundial, com a posição americana que era a posição que só, muito recentemente, depois do Encontro de Aids Mundial em Barcelona que muda essa posição em relação a Aids: de que medicação sim... Mas é muito interessante, porque esse recurso do Banco Mundial para o programa brasileiro era com a condição que não se financiasse a medicação e o Brasil, então, financiava a medicação. Então passou a ser um exemplo. Depois em relação à questão... Aí estamos com o governo Bush, as mesmas desculpas... Em relação ao Usaid: não pode, de forma alguma, financiar... Aí vem todos os fundamentalistas, toda a posição do governo Bush em relação à Aids... Sem camisinha. Aquela coisa religiosa lá que camisinha é não sei o quê, é o A,B e C que é virgindade, mas não camisinha etc., etc. Isso baixou para os países da África etc., etc.: sem camisinha, não financia a camisinha, do mal camisinha. [riso]

E a posição da Ford, com muita dificuldade... Mas ela é uma agência privada, mas tem uma série de restrições que são restrições de uma agência filantrópica: tem que ser aprovada pelo Congresso, se a maioria do Congresso é conservadores, as políticas, necessariamente, serão bastante conservadoras.

H.A. – Falando ainda de Aids, para concluir, pode ser bem interessante você contar um pouco também da questão do apoio da Ford à cooperação Sul-Sul, que eu acho que é também um exemplo... Aí falando todo esse contexto, não é?

O.L. – Isso. Pois é, nesse momento, uma das questões fundamentais, passava a ser essa questão de que é possível sim a medicação e... Bom, aí também o contexto internacional evoluiu e a partir de 94, que é quando tem a Trips - é uma das legislações mais terríveis em relação à propriedade intelectual em geral e editada pela OMC, ou seja, não é por acaso que ela é da Organização Mundial do Comércio. Então tem direito de retaliação etc., etc., para os países que não se ajustam à Trips que é o regime de propriedade intelectual global. Aqui todos os países têm que ficar na mesma página. O Trips passa a regular, absolutamente, a vida de todos nós no sentido que tem patentes, que é um detalhe, mas tem toda a questão de tecnologia de informação, de direitos autorais, de software livre – software livre não pode – etc., etc. São várias as áreas. Tem toda a questão de patenteamento de semente, de patenteamento de vida que é outra discussão extremamente forte que significa uma forma simplista à medida, então, que só vale patentear porque vale o patenteamento, como é que os agricultores pobres terão acesso ao custo da semente patenteadada. Então, só pode produzir aquilo que... Então é todo um...

H.A. - É muito complexo...

O.L. – Extremamente complexo. Cada uma dessas áreas é uma área técnica extremamente específica: software livre, a parte de patenteamento de medicação de outras coisas, toda a parte de direitos autorais e o direito ao acesso ao conhecimento que muda radicalmente. Nós aqui não damos muito bola, mas desde o xerox a tudo que se circula, o direito nossos de produzir um livro e de dar a ele como acesso a todos. Então isso tudo é um grande pacote do ponto de vista de história. Eu acho que daqui alguns anos os historiadores vão olhar e vão dizer assim: “Em 94, Trips, isso aqui é a invenção da impressora lá do Guttenberg”. É outro momento que

começa em termos de que tu tens um regime global com retaliação direta é muito complicada, do ponto de vista de gestão global, decisões dos donos do mundo. Aí é aquela coisa, o Trips tem dez anos para cada país fazer a sua legislação e se adaptar... Os menos desenvolvidos... Todo aquele critério do Banco Mundial sobre os quase desenvolvidos, os menos desenvolvidos, os a ser desenvolvidos. Ou seja, só que eles não têm nenhuma condição técnica de criar absolutamente nada, nos próximos vinte anos é que pode... Tem vinte anos e os outros têm dez, e aí tá... Então o Brasil sempre discutiu e quis muito... O Brasil eu diria e ousou falar em nome dos brasileiros e da posição do governo brasileiro que é a posição desse governo e do governo anterior também. E nesse sentido há uma coerência muito grande que é a posição do Itamaraty, uma posição que independe de governos específicos que sempre foi do direito acesso ao conhecimento, de direito acesso à medicação ou aquilo que seria tratamento de salvar vidas, pelo menos nessas condições. Todo o programa de genéricos foi feito no Brasil etc., etc. Até porque o Brasil tem uma política universal de Sistema de Saúde e, portanto, se tiver que pagar patente ele não conseguirá dar medicação, que é uma questão que volta todo um movimento de sociedade civil do sanitarista do nosso corpo, nós intelectuais, que lutamos contra uma Ditadura e lutamos com algumas bandeiras – são esses mesmos autores, não são outros autores, não é? Então, a questão de saúde pública é uma questão extremamente importante, e aí, no pacote da saúde pública, entra a questão de direito acesso à medicação porque senão... Entende? E na Aids isso é crucial, porque na Aids é vida ou morte a diferença, não é?

H.A. – E aí você acha que nessa cooperação Sul-Sul, essa maneira de pensar foi compartilhada, digamos?

O.L. – Foi difícil, mas, na verdade, aí é que também daria o exemplo de como essas coisas vão acontecendo. O Brasil, aí é o governo, não pode... Está chegando os dez anos que tem a flexibilidade do Trips, até então, quando o Brasil podia ter feito, aspas, quebra de patente, mas que seria dentro da legalidade. O dia que o Brasil resolver quebrar a patente do qual era a medicação da época. No dia seguinte a Condoleeza estava aqui, com outra agenda é claro. No terceiro dia não tem mais a discussão sobre a posição do Brasil e a quebra da patente de qual era a medicação se esvazia. Por que era importante ou não, como a ação política quebrar a patente dentro dos dez anos que o Brasil poderia fazer isso dentro da legislação da Trips. Era porque, ao mesmo tempo, desde 94 a medida que os EUA fez toda uma série de ações bilaterais,

no sentido de restringir essa área para eles, aquelas pessoas que são fundamentais dentro do governo inclusive nesse governo, que são as duas indústrias: os fármacos e a indústria de divertimento. São grandes players. São talvez, das maiores... De divertimento universal e tal – Disneylândia – e software. São três aqui que são representantes. Então, nessa tensão toda é aqui que a gente... Nessas mesas é que se discutem essas questões, entende? Essa questão dos vários acordos bilaterais que houve com os Estados Unidos, todos os eles criaram o mundo que se chama o Trips Plus – um Trips que é muito mais restrito do que o próprio Trips, que já é um absurdo de restrição. Um absurdo em termos de regime para ser adotado globalmente. Mas o Trips Plus é extremamente mais restrito, por isso que daí então... Bom, o Brasil não aceitou essa posição, não aceitou ir adiante com relações todas... Várias posições de acordos, porque qualquer acordo com os Estados Unidos, entrava a questão do Trips, em relação à patente de propriedade intelectual. Então isso é história desse mundo colateral vai estar muito presente. Isso fazia parte do acordo: “A gente vai te dar laranjas mais não sei o que, não sei o que. Compramos tais, tais e tais coisas mais não sei o que, não sei o que”. Aqui é isso. Isso foi sistemático. Isso faz parte da política externa. Isso tem documentos, não é nada... É público. Então tem essa tensão. Por que toda essa digressão para chegar no Sul-Sul? Um dos nossos grantees, vinculado ao Ministério da Saúde, diz assim: “Bom, se está chegando ao fim... Qual é a posição que temos que ter? Temos que fazer um Trips Minors”. Então, se de alguma forma nós podemos trabalhar, no sentido... É importante para Aids, é importante para Aids, mas não é só para Aids, é a questão do direito acesso à sua medicação e ao conhecimento. Então vamos, de alguma forma, nos associar com parceiros que tem mais dez anos para desenvolvimento e possibilidade de quebra de patente para que nesses países isso venha a acontecer. Com o que o Brasil entra? Com todo o conhecimento técnico que ele tem. Ele inclusive tem essa parte de conhecimento técnico. Os países africanos, várias deles... Não é o caso da Índia que não é africana, mas não é o caso da África do Sul, mas, naquele momento, tinha uma posição muito diferenciada em relação, inclusive, à Aids - muito única e sui generis. Falando isso parece que tem algum efeito. São muito mais ações, eu diria, simbólicas, mas elas têm, por incrível que pareça, um program officer que, de alguma forma, com uma ação bem pensada... O mundo todo e as revoluções também são feitas desse tipo de ações, não é? Então, essa vinculação com os países africanos, dentro de contexto que o Brasil tem uma história de diplomacia muito forte, os países, sobretudo, de língua portuguesa. Em uma situação em que são exatamente também esses países que estão com trinta por cento de prevalência de HIV, essa exportação... São as

áreas em que, de alguma forma, o Brasil - no seu, vamos dizer, modelo colonialista - está exportando é conhecimento técnico. Tanto da prevenção quando a ideia ideal. O ideal era também em termos de conhecimento técnico no tratamento. Eu não tenho certeza se esse projeto foi muito mais adiante, mas ele foi um projeto de [INAUDÍVEL] money, um projeto muito mais para mostrar que “sim, é possível tratar HIV em uma situação de baixos recursos econômicos e isso é importante do ponto de vista do direito civil, de direitos humanos, etc., etc., de acesso a minoria”. Então eu diria, não sei se sou otimista, eu acho que sim, que foi uma das ações que teve bastante impacto do ponto de vista de voto, mais simbólico do que de fato. Mas o governo continua fazendo...

[FINAL DO ARQUIVO II]

Nome do entrevistado: Ondina Fachel Leal

Local da entrevista: Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Data da entrevista: 21/10/2011

Entrevistadores: Lúcia Lippi Oliveira; Helena de Moura Aragão

Projeto: Memória de um Office na periferia: o Escritório da Fundação Ford no Brasil

Transcrição: Letícia Cristina Fonseca Destro

Data da transcrição: 17 novembro de 2011

Conferência de Fidelidade: Verônica R. Bevilacqua Otero

Data da Conferência de Fidelidade: 21 de dezembro de 2011

Entrevista: 21.10.2011

H.A. – Então Ondina, passamos por contextualizações importantes, mas agora seria bem interessante entender a sua entrada, o que marcou a sua temporada como program officer dessa área de Sexualidade e Saúde Reprodutiva sendo que você acabou de comentar aqui que uma das coisas que você fez foi mudar o nome, seria interessante até você comentar isso no vídeo: por que essa opção de aumentar um pouco aí o nome, o escopo?

O.L. – O escopo... Bom, na verdade, quando eu comecei, na área de Saúde Reprodutiva, como

tal dentro, dessa institucionalidade que são os programas da Fundação Ford – tudo isso, a gente pode pensar, são pequenas ficções que também se ajustam. Então, na prática, significa que tu tens um orçamento próprio e que tu tens um P.O. e esse P.O. vai ter bastante autonomia a medida que ele escreve o paper que é o [INAUDÍVEL] que a partir daquilo, claro que o paper tem que ser aprovado em um primeiro momento, pelo representante do país. São duas coisas que a gente está lidando sempre quando se pensa em fundações, não é só essa Fundação, mas essa especificamente é, assim, em agências. Aquilo que é o de área, área no sentido de tema, temático, que seria: eu teria um diretor ou diretora de Saúde Reprodutiva. E eu tenho uma outra coisa que é a área geográfica, ou seja, quem é o meu chefe, no caso, primeiro é o Nigel Brooke e depois Ana Toni que são representantes. Então tem uma dualidade e essa dualidade tem a ver com essas várias coisas que são... Eventualmente, dentro do escritório, têm algumas atividades que são transversais. Tem dentro de América Latina outras atividades que são transversais e tem dentro daquela diretoria, daquela área grande que tu fazes parte, as suas próprias prioridades. Eventualmente noutros locais, mas principalmente, quando é Nova York, ela pode ter uma outra área tipo, teve por algum tempo, uma vice-presidência em Aids. Então tu tens uma outra área que é alguma coisa que de alguma forma é concorrente e colaborando e em outra área pode ou não vir a colaborar. Também pode ter vice-presidente sem program officers, ou seja, eles são, como foi o caso específico desse vice-presidente Aids. Bom, então ele vai fazer os programas contando com os program officers existentes; alguns podem estar na área de Direitos Humanos outros podem estar na área de Saúde Reprodutiva. E não se reproduzem, todos os escritórios, as mesmas áreas. Mas é complexo, porque alguns encolhem para os orçamentos próprios por outras questões. Tem várias imponderáveis.

H.A. – E eu acho que uma das marcas da sua passagem, uma coisa que está muito presente nos seus memorandos, é essa questão regional de como fazer esses apoios chegarem a outras regiões do Brasil. Queria que você falasse um pouco de quando você entrou e sentiu essa necessidade, não é?

O.L. – Então nesse primeiro momento eu percebo que a área mais de Direitos Sexuais tinha sido começada a contemplar pelos menos, não sei, quatro ou seis anos atrás. Eu acho que Rebecca Reichmann é uma figura importante aqui, mas não é P.O., não sei bem qual é a função... Digo, talvez não tivesse essa autonomia em termos. Mas essa área começa a ser

financiada como tal, não como parte do programa de População e etc; sendo vista como uma área que há necessidade. Acho que o papel da Sarah Costa é fundamental aí na área de Saúde Reprodutiva. E começa a se financiar, quando se entende Saúde Reprodutiva, o movimento feminista, os grupos feministas, alguma coisa em Aids, mas muito mais o movimento feminista. E o que eu percebo, que eu acho fundamental toda a discussão de direitos reprodutivos, mas eu acho também que e Direitos Sexuais é igualmente importante, sobretudo, para quem vem de uma área de Antropologia Médica, trabalhando com Aids e tal. Então, é uma das razões de eu querer ampliar um pouco e passar a chamar Sexualidade e Saúde Reprodutiva. Lembra que a minha experiência acadêmica e a minha experiência de pesquisa vem também de trabalhar com homens e não só com mulheres. E aí a avaliação do campo e essa avaliação não é só minha, claro que um program officer quando entra ele contrata vários consultores, às vezes os consultores dão opiniões diversas, por isso que se contrata mais de um para avaliar o campo, mas no caso, muito é contratado porque conhece o campo. Então a minha visão do campo era um pouco que os grants estavam todos concentrados em Rio e São Paulo, não é? Então isso passa a ser para mim uma das, acho que, linhas de ações, não lembro bem, um dos objetivos que é descentralizar um pouco esses grants, os financiamentos, para que outras áreas, principalmente norte e nordeste. Para que isso coincida... Fazer uma espécie, eu até uso esse termo pelo menos nas discussões, uma ação afirmativa do próprio financiamento da Fundação Ford. A Fundação Ford está financiando ação afirmativa, mas não faz uma ação afirmativa dentro do seu próprio financiamento. Então um pouco é esse o objetivo.

H.A. – E o que você encontrou de instituições de ONGs e de associações, já estavam preparados, digamos, para receber um financiamento de acordo com o que a Fundação Ford estava acostumada a financiar?

O.L. – Não, isso seria muito mais... Primeiro que esse tipo, perfil, dessas... Geralmente o perfil de um donatário, como é o termo, é um perfil de um donatário muito mais inserido globalmente também. Esses são os grantees que acabam sendo os grants cinco estrelas, a gente usa até essa... Porque eles já falam a língua das agências, eles falam inglês de fato, eles já estão sintonizados com as demandas, com as metas do milênio, com uma série de questões desse tipo. Então é um tipo de grants que não dá trabalho, que tem muito retorno, mas tu acabas tendo um número de players – são excelentes grantees, não se trata disso - , mas um número de players, de parceiros,

muito reduzidos e acaba sempre finalizando os mesmos – o que cria alguns problemas complicados, na minha perspectiva, não é? Porque esses sabem o que uma fundação quer, não necessariamente a Ford, são as fundações. É um dominó também, quem ganha um grant de um fundação acaba ganhando outros grants de outras fundações, entende? Então esses acabam sendo os que mais recebem recursos e aí não há uma democratização de recursos. Não é um problema... Pode não ser porque o recurso acaba sendo pequeno e fazer pouquinha coisa com pouco recurso, não sei se isso avança mais em um determinado objetivo do que colocando recurso para... Então essa é uma discussão muito presente entre os program officers...

H.A. – Mas de áreas de diferentes de...

O.L. – De áreas diferentes, de coisas diferentes. Eu financio mais na base e escuto um pouco essas pessoas ou eu concentro recursos? Sempre dá muito menos trabalho concentrar recurso. O trabalho do program officer é grande, tem muita burocracia e se tu fizeres, digamos, em um ano, cinco grants grandes ou se tu fizeres cinquenta grants pequenos, o trabalho é cinquenta vezes maior e a quantidade de recursos é o mesmo. Então, como tudo depende muito, e agora naquele momento mais, da gestão do grant ser do próprio program officer e da avaliação do grant: se tu tiveres cinquenta fica quase impossível. Então a tendência de estrutura é a de concentração.

L.O. – Só uma coisinha que você falou da avaliação. Como é que você avaliava? Você tem lá cinquenta não sei quantos, você olhou, viu, conheceu e escolheu esse, esse e esse.

O.L. – Quando se avalia para decidir ou acompanhamentos dos grants? As duas coisas, não é?

L.O. – É. Estou imaginando que a avaliação para escolher, você vai, já conhece aquele... Vamos dizer assim, você está apostando...

O.L. – A seleção para escolher tem a parte que é o teu caminho. Claro, tem uma pessoa dentro de movimentos sociais, na área, tu conheces aqueles players, ouviu falar de alguns... Não conhece, mas vai, pesquisa, busca informação. Mas a parte fundamental é eles virem até o balcão mesmo, não é? Porque essa parte é complicada, essa parte tu recibes cem propostas e

tu vais... Porque pode ter coisas maravilhosas que tu nunca pensaste e é excelente que seja assim. Aliás, é muito... Por mais que eu ache que o recurso seja relativamente pequeno, sempre tem mais recurso do que bons projetos, eu diria isso. Isso eu acho que é geral, eu sentei em várias mesas de seleção a gente acaba... Mas, se vier um bom projeto, dificilmente não será financiado. Isso eu não estou dizendo em relação só a Fundação Ford, em vários... Muito difícil... Projetos originais, projetos que te dão noção de que a coisa pode acontecer. Então eventualmente eu tenho um projeto maravilhoso e realmente não tenho recurso porque é uma área que está mais tangente ou porque o teu portfólio ou, como se diz, a tua caderneta já está lotada, não é? Então é meio complicado, mas aí tu ainda sim tentas buscar um pouco de recurso para, pelo menos, começar aquilo.

L.O. – E aí você escolheu, esse aqui é interessante etc., etc... Principalmente, eu estou falando aí os grandes, como você falou, têm mais estruturas, mais fácil. Mas aí, alguns novos que você apostou... Porque tem uns que você sabe que vai dar certo e outros que você sente que vai dar certo e aposta nele. E como é que você acompanhava isso? Doação por um ano, por dois anos, sei lá quantos...?

O.L. – Sempre por, pelo menos, dois anos e média das doações é dez anos. Não a média, mas em geral ela...

L.O. – Aí deu isso e nesses dois anos, como é que você avalia: está dando certo ou não está dando certo?

O.L. – Têm várias coisas. Tem o próprio relatório do grantee. Primeiro tem o projeto, não é? Segundo momento tem o relatório dele que ele terá que chegar de ano em ano, um relatório preliminar, mas no final do grant é um relatório bem mais substancial. Agora na verdade o relatório é aquela coisa, o que grantee diz e tal – o que funciona mesmo é a visita. Isso tem que se acompanhado e a interação continuada como aquele que é o grantee. Eu como venho da universidade, tratava um pouco como orientandos. Assim, por mais patronais que isso possa aparecer, um pouco assim: o que está acontecendo com x? Não está me mandando, pode ser, email convidando para evento, tem uma série de coisas que teria que acontecer que de alguma forma tu vais acompanhando. Se teve um evento e ele não convidou o próprio program officer

não era tão importante assim o evento... Então uma série de coisas. Tem aquela visita que se faz sem estar programada. Tem a visita que dentro dos eventos que cada um desses está fazendo, e na reunião anual da Anpocs, na reunião anual da ABA. Então têm esses momentos que são momentos chaves, tem o momento do relatório, tem o momento da visita que independe disso que o que a gente faz é, no mínimo, uma visita por ano para cada grantees – tem quarenta, tu imaginas que já viajastes... Esse é outro problema de descentralizar de Rio e São Paulo na prática.

H.A. – Você deve ter ficado bastante norte e nordeste, naquela época... [riso]

O.L. – Muito tempo no norte e nordeste. Tem muita descentralização. Eu tenho certeza que quem agora está com a prioridade do Amazonas, vive mais lá do que aqui. Então isso é uma coisa complicada. Se você for políticas públicas, vive mais em Brasília do que aqui. E um outro momento que é estratégico é que o próprio P.O. tem alternativas – nós temos recursos específicos – que é fazer uma reunião, por alguma razão que tu queres dar um prioridade. Então tu vais reunir todos os grantees de tal área, independente de já ter um evento. Geralmente já tem algum tipo de evento, sei lá: reunião feminista, votação do não sei o que em Brasília, uma votação sobre a lei do aborto. Todos eles se encontram já, mas tu fazes uma reunião com todos eles juntos. Então essa reunião como formato de avaliação também. Então acaba que... Claro que pode sempre ser mais bem feito, menos bem feito, mais presente, menos presente. Dá muito trabalho. [riso]

H.A. – Isso em termos de universidades também?

O.L. – As universidades também, também.

H.A. – Acho interessante que, pelo menos no artigo, dizia que essa questão de estimular a cooperação de universidades também, tipo a Fiocruz e a Universidade de Rondônia, de ter também um diálogo entre elas, não é?

O.L. – Isso, isso foi uma das coisas que eu lidei muito, por quê? Porque dizer que tu vais descentralizar ou que tu vais fazer uma ação afirmativa em termos de recurso também não é

pegar e largar um recurso grande em uma organização que não tem experiência. Então a única forma de fazer isso é fazer na linguagem hoje da Capes, por exemplo, - mas não era naquela época – fazer os casadinhos, não é? Que é exatamente isso, entende? Têm vários, mas não era... Então foi isso, são os casadinhos. Quer dizer, tu dás o recurso, mas tu colocas, de alguma forma, em ligação a uma outra... Para que a coisa consiga, se não tem massa crítica suficiente a coisa não vai andar.

H.A. – Certo. Você citou aí a questão do aborto e eu acho que é uma outra... Você estava citando na primeira entrevista a importância de se ter uma discussão dos lados diferentes para, no futuro, se criar uma política pública, não é? O caso do aborto é exemplar aí que eu acho que a gente está, me parece, muito longe de se chegar a uma mudança nesse sentido, mas que a discussão precisa ser sempre fomentada e amadurecer.

O.L. – É, a discussão do aborto é muito complicada em todos os países, mesmo nos países onde o aborto foi descriminalizado como nos Estados Unidos, e têm alguns estados que eu acho que ainda não são e volta e meia eles têm uma recaída e complicada, porque daí ainda fica mais em um discussão fundamentalista que tem a ver com religião etc., etc. Eu acho que, quando eu estava, essa discussão de ter mais de um lado... Os lados já estavam bem claros, geralmente o lado que é contra é o lado que é contra a saúde pública, que é contra o país republicano como sociedade laica. Então eu claramente não estou disposta a ouvir argumento de evangélico contra aborto, argumento de católicos fanáticos – fanático no sentido de que é uma questão de fé, nesse sentido, que daí fica muito difícil. Mas, sim, sempre tivemos parcerias das católicas pelo direito de decidir. Então tu tens posições diferenciadas e grantees diferenciados, o que é bastante complicado.

H.A. – E a Jornada Brasileira, não é?

O.L. – Essa foi constituída, eu e Denise, pela gente, pela gente eu quero dizer: pelos nossos grantees. Mas em uma reunião a gente disse: “Está bem, nós vamos apoiar a Jornada Brasileira”. E eu acho que no meu processo eu tive algumas que mudou muito a voz da discussão de aborto que foi dar financiamento, não é que seja descentralizado nem classe média alta nem intelectualidade, para o Anis. O Anis é Brasília e o Anis era uma organização nova

dentro do movimento feminista, com todos seus meandros, era uma organização feminista jovem e muito diferenciada com um pé muito em cima de pesquisa, com uma ação que... Eu acho que as tendências e uma das coisas que tanto eu quanto a área de Direitos Humanos e mesmo Aurélio, uma das estratégias que a gente sistematicamente instituiu muito foi essa estratégica de, vamos dizer assim, política, mas do judicialismo. Para mudar política pública, temos que mudar também legislação. Então vamos trabalhar nessa área que é a área legislativa. Então tivemos vários... Não legislativa diretamente, mas temos juízes pensando sobre isso, temos essas posições... Quais são as posições do Direito brasileiro sobre essa questão? Então têm vários grupos do pessoal do direito, por exemplo, na área de Direito Sexual, do casamento gay, vamos discutir com essas pessoas que são os intelectuais e que estão elaborando legislação...

H.A. – E fazer a discussão chegar até...

O.L. – Isso. Não é nem um grant, mas é simplesmente, de alguma forma, colocar essas pessoas juntas... Um financiamento relativamente pequeno para que a coisa aconteça, que é um evento, e para essas pessoas conversarem entre elas. Então tem o juiz não sei o que lá, tem o juiz não sei o que. Então junta e essas pessoas conversam. Um pouco é isso.

H.A. – A nossa conversa com o Nigel aqui foi interessante ele falando da coisa do curto prazo e do longo prazo e da necessidade de ações de longo prazo em certas áreas. Educação é uma e certamente nessa a gente precisa de coisas longas, não é? Em certo sentido, não sei se a palavra é frustração, mas no sentido de que há problemas aí nessa área tão graves que dificilmente em seis anos você vai conseguir, não é?

O.L. – Não, isso é uma grande frustração porque...

H.A. – Esterilização. São várias questões aí muito complicadas, não é?

O.L. – São questões que precisam muito mais tempo para ter uma guinada, uma mudança. As fundações em geral têm esse programa que é de três em três anos renovável uma vez, então isso significa que o tempo do grant vai ser muito pequeno. É assim também do ponto de vista

da lógica de gestão da Fundação que ela garante mais transparência e mais mudança, não é? Acaba sendo sempre um pouco mais de tempo, ou porque se desloca para outra posição ou, de alguma forma, tem uma prorrogação. Mas não é muito mais do que isso não. Qualquer coisa mais do que dez anos seria um problema do ponto de vista da lógica da gestão das instituições, não estou dizendo da Fundação Ford porque as instituições... O modelo é muito duro também do sistema multilateral que é uma gestão, quatro anos, mais outro quatro anos renováveis.

H.A. – E como governo também, não é?

O.L. – E como governo porque... É um pouco assim, a ideia não é se perenizar na posição. As ideias, às vezes, podem estar em outras cabeças e eu acho isso muito saudável. Eu acho que a gente também como program officer acaba ficando um pouco... Claro que vai construir relações e tu tens compromisso com aqueles grantees que tu trouxestes para mesa. Então tu também não vais poder dizer não para eles e de repente mudar... Eles tiveram que ter uma continuidade, cerca de dez é um bom tamanho, não é? Agora caminhem com suas próprias pernas ou busquem outras formas. Mas uma forma de, talvez, fazer essa renovação também seja mudando o program officer, que daí é o momento de se criar outras prioridades, não é? Então eu acho bem interessante, ainda que do ponto de vista da legislação trabalhista, para nós o Brasil, isso seja um problema etc., etc. Mas do ponto de vista da instituição acho muito saudável.

H.A. – E falando em donatários acho que seria muito interessante para gente, aí dentro desses seus seis anos, você citar...

O.L. – Sete. [riso]

H.A. – Sete? Desculpa. Citar o que você considera importante, mas também antes da sua gestão quando você entrou e falou: “Caramba, esse caso aqui é exemplar”.

O.L. – Grandes donatários que são indispensáveis... Eu vou citar assim de... A Abia era um que já existia, eu acho que é uma grande instituição, tem uma história fantástica e tem essa mistura do pensante, do que faz pesquisa e mais a prática, ou aplicada, uma Ciência Social extremamente aplicada. Então eu acho muito interessante. Outro que eu acho fundamental é o

SOS Corpo, é um mais antigo, mas era do nordeste. O SOS Corpo fica em uma posição... Eu tentei fazer essa coisa de diminuir os grants, porque não se dá um grant... Já que meu argumento era de que devia descentralizar e fazer uma espécie de ação afirmativa, dar grants, sobretudo, para pequenos grupos de mulheres negras seria o meu ideal. Existiam esses grupos, então tentar entender porque que... Os grupos são muitos vulneráveis ainda, são muito... Então é aquela situação que tu não consegues sequer dar o recurso, muito menos cobrar o recurso. Então, vários desses, do ponto de vista de escrever um relatório, de formular o próprio projeto, de dar conta do que se compõe, é muito difícil, entende? Então eu fiz vários treinamentos... Outros grants que era para dar mais treinamento, treinamento sobre budget, sobre como fazer os...

L.O. – Orçamentos.

O.L. – É, os orçamentos de como constituir a própria ONG, de gerenciar a própria ONG. Aí contratava um consultor para ir fazer esse tipo de coisa. Só de recursos indiretos, o que a ONG, em si, não gosta, não é? Então isso também é outra coisa complicada. Então vários desses pequenos grupos que eu acho, assim, que são organizações de base fantásticas, com mulheres e com grupos extremamente pró-ativos etc., e com uma agenda própria delas, não é? Eu estou lembrando daquelas mulheres da Paraíba que eu financiei, que não sei bem nome... Mas a gente a olha. O grupo de mulheres da Paraíba, por exemplo, foi um que... E era uma espécie de rede de pequenos grupos.

L.O. – Cunhã Coletivo Feminista?

O.L. – Cunhã é muito importante, mas já estava, vamos dizer assim, na cartela, no portfólio da Ford. Ele estava recém começando, mas tem um outro que eu...

L.O. – Projeto Saúde e Alegria do Pará, Centro da Cultura Negra do Maranhão...

O.L. – Esse foi um grant só.

L.O. – Deixa eu ver mais o que tem aqui..

O.L. – Tem um que se chama... Que é de João Pessoa... Eu posso olhar aqui o nome dele, mas eu posso olhar isso depois para vocês. Mas o SOS Corpo eu acho que é importante, o Cunha não sei bem como é que ficou, era um grupo importante, tinha recém começado... Quem o identificou foi Sarah, não foi eu.

H.A. – Aqui olha, eu coloquei: “Centro de Promoção da Saúde acesso foram financiados pela Fundação Ford para promover capacitação de ONGs; Cedaps, Nzinga, Bamidelê e Malunga”.

O.L. – Esses são os grupos, grupos de mulheres negras.

L.O. – Esse Nzinga...

O.L. – Bamidelê... Já pelos nomes você já... Eu acho que nenhum deles se manteve. Quer dizer, tiveram recursos, se fortaleceram...

H.A. – Agora, o SOS Corpo me parece bem interessante para gente entrevistar tanto pela possibilidade de ser tão antigo e também, pelo o que eu li, foi uma das responsáveis pela criação da Rede Saúde, não é?

O.L. – Isso, a SOS Corpo é fundamental. Apesar de ser nordeste, é um grupo fundamental e a Maria Betânia Ávila que é um cientista social também...

H.A. – Estou impressionada, são 149 afiliadas em 5 regionais. Então é uma coisa assim...

O.L. – Não, não. O SOS Corpo é fantástico, não é? Então, a Abia, o SOS Corpo, depois tem esses vários que estão aqui... O Grupo do Corpo... Aqui só está com os nomes em inglês porque não faz muito sentido, não é?

H.A. – E as universidades também, não é?

O.L. – Eu dei... Mas eu acho que essa coisa... Até sempre que a gente ia conversar na universidade tinha uma espécie de: “Por que só agora você está financiando as ONGs, não sei

o quê?”. Mas não é verdade, eu acho que se a gente vir um livro, aquele, metade do financiamento, a maior parte antes, era para as universidades. Mas nunca foi mais para sociedade civil nesse sentido, porque eu acho que universidade é sociedade civil.

L.O. – [riso] Essa é uma discussão enorme...

O.L. – Mas assim, sei lá, não é? As Anpocs, as ABAs, para mim é sociedade civil. Mas tem muito mais universidade aí do que qualquer outra coisa. Então essas aí estão, assim, sendo consideradas dentro da coisa acadêmica, não é?

H.A. – Tem três núcleos em universidades que me chamaram a atenção também nos textos mais antigos que eu queria ver a sua opinião: o Nupo, na Unicamp, o Instituto de Medicina Social na UERJ e o Musa da Federal da Bahia.

O.L. – É, esses aí, o que eu acho que vocês têm que entrevistar, que é o mais importante é o Clam. O Clam foi constituído na minha gestão que era um programa latinoamericano que é a Maria Luiza Heilborn e Sérgio Carrara.

L.O. – Na Medicina Social?

O.L. – Medicina Social da UERJ. Esse é o Clam, esse vocês devem visitar o programa que tem um programa grande. Então esse veio dentro de uma iniciativa que foi mundial que foi de criar – acho que talvez tenha sido a última coisa grande que a Susan fez – uma importância, colocar um recurso grande na área de direitos sexuais e reprodutivos. Mas é algo... Se já estamos pronto para isso, se não estamos prontos – que é uma discussão, principalmente, de direitos de homossexuais e acaba que de direitos reprodutivos; é basicamente a discussão de aborto. São duas coisas cooptadas e que é o... Bom, aí é nossa avaliação: “Bom, está na hora de mudar em termos de legislação. Está na hora dos países tomarem uma posição”. Aí já tem o sei lá qual é o millenium gold... Não vem sozinho. Essas coisas vêm todas juntas. Não se acaba a Aids sem acabar também todo o preconceito contra homossexualidade etc., etc. Então por isso que essas coisas vão juntas, elas não estão separas. Elas amadurecem em vários campos. Então teve esse recurso que foi específico, foi um recurso para criar, eu acho que, quatro grandes centros no

mundo na área de sexualidade e direitos, cada um fez com suas ênfases. Então aqui no Brasil, fui eu e, no caso, quem era da Saúde Reprodutiva no Chile que constituímos, fizemos, ouvimos. Eu até tenho essa avaliação do campo. Eu vi que tinha esse documento lá na Ford deve ter, é um documento preparatório para dizer: “Bom, aonde nós vamos criar um centro na América Latina”. E a decisão foi ser no Peru, foi para [INAUDÍVEL], pela questão da língua, embora o Brasil seja muito mais liderança na área.

H.A. – Sempre complicada essa coisa da língua aqui.

O.L. – É. Mas sua central latinoamericana nos parecia que seria fundamental estar em um país de língua espanhola, mas não deu certo. Isso foi um problema. Então aí ele foi deslocado para o Clam... Foi constituído pelo Clam, não é que foi deslocado. O Clam é constituído, é um centro que foi constituído do zero, não existia. É um antes e depois, isso não acontece. Assim como se cria eventualmente ONGs. Essa é um centro, não é uma ONG, está dentro da universidade. A discussão que se ele vai ficar hosted, ancorado, em uma universidade ou em uma ONG é outra discussão. No caso, no Peru já não tinha dado certo e era uma ONG.

H.A. – Entendi. Então era bom que aqui fosse universidade.

O.L. – E a minha avaliação desde o início é que não ia dar certo, a minha avaliação, não sei pela questão da língua. Mas como eu estava com outro, tem que se fazer uma construção aí. Mas me parecia... Quando são grandes políticos, na minha avaliação como program officer, é muito mais seguro colocá-los com a estrutura de uma universidade, sobretudo de uma universidade forte, de uma universidade pública, porque é um espaço mais neutro. Como é um centro, ele tinha que ter uma posição de angariar mais do que um dos grupos e posições a respeito, dentro do feminismo, como acolher toda a questão de direitos sexuais e as várias posições dentro dessa discussão de direitos sexuais. Em uma ONG a gente, de alguma forma, faz uma opção por uma linha de opção.

L.O. – Uma posição já definida ali daquele grupo, não é?

O.L. – Dificilmente se eu crio isso dentro de um grupo feminista, o grupo que luta pelos direitos

masculinos, casamento gay etc., etc., se aproximam. Não é o lugar. A ONG já tem outra história, mesmo que seja uma nova instituição e na universidade sempre foi a minha posição. E realmente o Clam aqui deu muito certo. Talvez de todos – acho que dos quatro centros – foi o... Nesse específico, nesse recurso que era recurso para dez anos, com recursos específicos, não era recursos do programa...

L.O. – É Centro Latinoamericano de...? Não. Depois eu desdubro o que é.

H.A. – Eu entrei no site.

O.L. – Tem que olhar de novo agora... Eu não estou...

L.O. – Pode deixar, a gente acha depois.

O.L. – Não, mas o financiador, se olhar aqui, não vai achar, porque tu vais achar aqui só IMS – Instituto de Medicina Social que deve ter outras e tinha outras...

H.A. – Mas na de descrição deve ter...

O.L. – Na de descrição sim: “É o dinheiro para o Centro Latinoamericano...”.

H.A. – Isso vai estar também só na listagem que tem os diretos de Nova York, não é? Provavelmente não foi uma coisa do escritório do Brasil.

O.L. – Não, aqui tem.

H.A. – A descrição sim. Mas eu digo, essa doação que acho que só deve estar naquela listagem dos três mil e oitocentos e não naquela menor, porque foi uma coisa direta da...

O.L. – Não, não, não. Mas isso aí é quem faz...

H.A. – E passou por aqui?

O.L. – É, e passa por aqui. Hoje, ou pelo menos desde que eu entrei, não pode ter um grant aqui sem ter um grant que foi feito pelo escritório brasileiro. Ainda que pode ser algum de Nova York, aí não vai aparecer aqui. Mas não é esse caso. O recurso vem para o escritório e eu era a responsável.

L.O. – Seria fácil, porque Maria Luiza e Sérgio Carrara – uma foi do Cpdoc na pré-história, ou outro foi... [riso]

O.L. – Esses dois pode ligar direto com eles...

L.O. – Não, são pessoas... Academicamente...

O.L. – Exatamente. E também tem essa coisa do prestígio... Quando eu fiz esse recurso, eu apostei muito e era a discussão: por que não em uma ONG? É que eles têm muito mais legitimidade do ponto de vista de legislação do que os movimentos – por mais que tenha um movimento feminista forte etc., ainda sim é diferente, não é?

H.A. – E se é latinoamericana também é ótimo, não é?

O.L. – É. Agora, até hoje, ele está em espanhol. Eles tiveram que contratar várias pessoas que falam espanhol para que o site seja em espanhol. Realmente, tiveram que trabalhar em América Latina, o que para eles é muito mais complicado do que se fosse uma agência lá. Depois a gente procura direitinho.

H.A. – Está bem. Seria interessante para a gente ir encerrando, um pouco... Aí depois de quando você estava se despedindo, a sua saída e a sua volta para academia, não é? O que isso representa aí na tua carreira acadêmica ter uma experiência como essa? Como é a sua transição de volta para o mundo da academia, enfim?

O.L. – Olha, ela é muito complicada. É por isso também que eu acho que as pessoas que estão na academia, que tem muito a oferecer nesse tipo de circulação, devem pensar bastante antes

de sair. Ou para isso ou, por exemplo, para um cargo público, não é? Porque é uma ruptura muito grande no sentido de que ficar sete anos fora, do ponto de vista estritamente acadêmico, é uma morte acadêmica, porque tu não estas mais nem nas redes que tu estavas em termos de publicação, redes de diálogo naqueles temas específicos que tu estavas trabalhando. Sete é muito tempo, ou seja... Tu voltas com outras ideias, com outros temas e na academia a questão da publicação é fundamental. Então, de alguma forma, não só por voltar com outros temas, com outros interesses e estar fora daquelas redes de publicação, aqueles teus temas já não necessariamente cabem ali dentro do teu campo. É sempre muito mais complicado. Claro, terás liberdade absoluta, temos muito liberdade acadêmica, de começar com outro tema. Mas esse tema vai te dar muito mais dificuldade, não é? Eu voltei, por exemplo, muito mais interessada em propriedade intelectual porque eu tinha pesquisado muito sobre propriedade intelectual, ou podia estar mais interessada sobre a própria história da construção do campo das Ciências Sociais ou do campo das fundações, ou fazer uma antropologia das agências. Mas eu não tenho interlocutores no meu campo sobre isso, então não é só mudar disso, mas mudar de campo. Tudo isso faz com que seja sempre mais simples e mais efetivo produzir mais do mesmo do que fazer uma ruptura, em termos de quantidade de esforço colocado, não é? Acho que nós, professores, temos sempre isso: “Vou dar a mesma disciplina, que eu não aguento mais o tema, ou mudo de disciplina, mas eu vou ter que estudar tudo de volta?”. Quantas vezes a gente tem energia para fazer isso na nossa trajetória? Um pouco a mesma coisa em relação aos temas acadêmicos de pesquisa.

H.A. – Agora, de certa forma você ter um olhar distanciado por sete anos da academia deve ter te dado um olhar crítico, talvez, diferente...

O.L. – Certamente, mas lembra que eu tinha essa passagem muito por fora. Eu já tinha feito meu próprio doutorado fora e tinha muita participação nessas agências multilaterais. Então isso eu tinha uma olhada um pouco diferenciada. O que me deu muito é que eu tenho um ritmo de trabalho muito diferente fora. O tipo de preocupação às vezes... As políticas muito locais, na minha percepção, me cansam um pouco porque aquilo me parece tão sem importância; as coisas estão sendo decididas em outros lugares e às vezes as pessoas morrem por uma pequena discussão. Mas é claro que isso é minha própria percepção da coisa, é um pouco... Eu tenho que me perguntar o que me mobiliza mais. Porque academicamente a gente tem que estar com

vontade, mobilizada. Então tem algumas discussões sobre movimento docente etc., que me cansam hoje, não estaria com a mesma disponibilidade de discutir.

L.O. –E você continuou orientando, número de orientandos e de grupos de trabalhos da universidade é grande, não é?

O.L. – Não, não. Eu continuo na universidade. Na verdade, no momento, eu inclusive estou... A parte que eu podia e posso contribuir muito mais é a parte também administrativa, porque, claro, gerenciar um programa desse com recurso grande é um aprendizado que nós, na universidade, geralmente não temos, não é? Só quem vai um pouco... E dentro das universidades federais, pelo menos quando a gente não está em cargos – a não ser for coordenador de curso a partir de seis – tu tens toda a responsabilidade, mas não tens o recurso. Na Ford é o contrário: eu tenho muito recurso, relativamente sempre, e tem muita responsabilidade. A gerência mais com recurso a responsabilidade é muito maior, não é? Então tem vários aprendizados, eu acho que vale a pena. Do ponto de vista específico de uma trajetória particular como acadêmica, eu acho que sim, fica prejudicada. Mas não como uma trajetória de vida. Então são opções que se fazem.

L.O. – Ótimo. Obrigada. Se você depois lembrar de alguma coisa e quiser voltar...

O.L. – Tá. Não, se vocês perguntarem... Se alguma coisa não está muito clara, me diz. Talvez até algumas coisas estejam um pouco...

[FIM DO DEPOIMENTO]